

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
LETRAS-LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): LICENCIATURA**

**LETRAS LIBRAS**  
Licenciatura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE**  
**LETRAS-LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): LICENCIATURA**

Projeto elaborado com objetivo de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras-Libras e ao Regime Semestral instituído na UFAL a partir de 2006.

**REITORA DA UFAL:**

Maria Valéria Costa Correia

**VICE-REITOR:**

José Vieira da Cruz

**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO:**

Sandra Regina Paz da Silva

**DIRETORA DA FALE:**

Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima

**VICE-DIRETOR DA FALE:**

José Niraldo de Farias

**COLEGIADO DO CURSO**

<b>Membros Titulares</b>	<b>Função</b>	<b>Membros Suplentes</b>
Prof. Dr. Jair Barbosa da Silva	Coordenador	Prof. Dr. Paulo Rogério Stella
Prof. Esp. Radjalma da Silva Teixeira	Vice-coordenação	Prof. Esp. Emanoelly Caldas de Oliveira
Profa. Ms. Maria Angélica da Silva	Coord. de Estágio	Profa. Dra. Edineide dos Santos Silva
Prof. Ms. Nágib José Mendes dos Santos	Coord. de TCC	Profa. Esp. Livia Andrade da Conceição
Prof. Ms. Humberto M. de Araújo Neto	-	Prof. Esp. Thiago Bruno de Souza Santos
Téc. Vanessa Elisa da Silva Correia	Rep. Técnica	Téc. Juliana Vanessa dos Santos Silva
Jamilly Dillanny Cunha Marinho Souza	Rep. Estudantil	Luana da Silva Acioli

## SUMÁRIO

1.1	Dados de identificação.....	4
1.2	Dados de Identificação do Curso.....	4
1.3	Dados do coordenador do Curso.....	6
2	Apresentação.....	6
3	Objetivos.....	8
4	Justificativa.....	9
4.1	O reconhecimento da Libras no Brasil.....	9
4.2	O ensino da Libras no Brasil.....	10
4.4	O ensino da Libras em Alagoas.....	13
4.5	A área de Letras: concepções.....	14
4.6	Habilidades, competências, atitudes.....	17
5	Perfis do egresso e campo de atuação.....	19
5.1	Perfil do egresso.....	19
5.2	Campo de atuação.....	21
6	Processo seletivo.....	21
7	Metodologia do curso de Letras-Libras: Licenciatura.....	22
7.1	Organização do material didático.....	22
7.2	Organização estrutural.....	24
8	Programa de FORMAÇÃO para docentes, TILS, gestores e corpo técnico-administrativo.....	25
9.1	Quadro docente e técnico-administrativo.....	27
10	Frequência.....	28
11	Avaliação.....	28
12	Avaliação interna do curso.....	29
13	Conteúdo/Matriz curricular.....	30
13.1	Núcleos de formação do curso de Letras-Libras: Licenciatura.....	30
13.2	Organização curricular por núcleos.....	34
13.3	Ordenamento Curricular.....	36
14	Estágio Supervisionado.....	41
15	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	47
16	Atividades acadêmico-científico-culturais.....	48
17	Ementário e bibliografia do Curso de Letras-Libras: Licenciatura.....	50
17.1	Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação básica.....	50
17.2	Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação específica.....	58

17.3	Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação pedagógica...	63
17.4	Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação optativa/ eletiva	74
18	Referências .....	83
	ANEXO A – PARECER CNE/CES nº 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001.....	86
	ANEXO B – RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.....	91
	ANEXO C – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.....	92
	ANEXO D – MINUTA DOS PROJETOS INTEGRADORES.....	95

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA

### 1 DADOS GERAIS

#### 1.1 Dados de identificação

**Mantenedora:** Ministério da Educação (MEC)

**Município-Sede:** Brasília - Distrito Federal (DF)

**CNPJ:** 00.394.445/0188-17

**Dependência:** Administrativa Federal

**Mantida:** Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

**Código:** 577

**Município-Sede:** Maceió

**Estado:** Alagoas

**Região:** Nordeste

**CNPJ/MF:** 24.464.109/0001-48

**Endereço do Campus sede:**

Campus A. C. Simões – Av. Lourival de Melo s/n, Cidade Universitária, Maceió - AL  
Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072-970

**Telefone:** (82) 3214-1100 (Central)

**Portal eletrônico:** [www.ufal.edu.br](http://www.ufal.edu.br)

#### 1.2 Dados de Identificação do Curso

**IES:** 577 – Universidade Federal de Alagoas

Faculdade de Letras

Curso de Letras-Libras: Licenciatura

#### Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Prof. Humberto Meira de Araújo Neto - Coordenador

Prof. Jair Barbosa da Silva

Profa. Magda Souto Rosa do Monte

Prof. Marcos Grutzmacher

Prof. Nágib José Mendes dos Santos

#### Endereço para correspondência

Faculdade de Letras - UFAL

BR 104 Km 97 – Campus A. C. Simões S/N

Complemento: Cidade Universitária

Bairro: Tabuleiro do Martins - CEP: 57072-970

Município: Maceió

Estado: Alagoas

Telefone: (82) 3214–1338

E-mail: <coordenacao.libras@fale.ufal.br>

**Nome do Curso:** Letras-Libras: Licenciatura

**Título ofertado:** Licenciado em Letras-Libras

**Modalidade:** Ensino presencial

**Regime escolar:** Regime de créditos e semestral

**Carga horária total:** 3.220 horas

**Prazo de integralização:** mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos

**Número de vagas:** 30 vagas anuais no turno matutino

**Local de funcionamento:** Faculdade de Letras - Campus A.C. Simões - UFAL

**Equipe de elaboração do Projeto inicial (2014):** Colegiado *pro-tempore* do Curso – FALE/UFAL

**Equipe de reformulação do PPC em 2016:** Colegiado do Curso de Letras-Libras/UFAL

**Código do curso no e-MEC:** 1270444

**Resolução que aprovou a criação e implantação do curso:** RESOLUÇÃO Nº 63/2013-CONSUNI/UFAL, de 07 de outubro de 2013

### **Perfil dos egressos do Curso**

Profissional sensível ao papel social da escola, preocupado com o bem comum, principalmente no que diz respeito ao exercício da cidadania, capaz de lidar de forma crítica com a linguagem, sobretudo com a Libras, língua de modalidade visuoespacial, atento às variedades linguísticas e culturais, capaz de gerenciar seu desenvolvimento profissional e de resolver problemas em contextos novos, de acordo com as demandas sociais, e dotado de conhecimento que o habilite a aperfeiçoar sua prática pedagógica e a participar do projeto educativo da instituição de ensino em que atuará.

### **Campo de atuação**

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da Libras, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado em Letras-Libras estão mais diretamente voltados para a atuação como professor nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, nos domínios público e privado, em escolas e cursos de línguas, assim como em Instituições de Ensino Superior – IES. Há ainda a possibilidade de atuação desse profissional na revisão de textos em Libras, no desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino da Libras e respectiva literatura, na elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, na descrição e análise linguística desta língua e na crítica literária voltada para a

Literatura Surda, dentre outras atividades que envolvam língua/linguagem/discurso em Libras, nas mais diversas manifestações culturais e sócio-históricas.

### **1.3 Dados do coordenador do Curso**

#### **Identificação**

Nome: Jair Barbosa da Silva

SIAPE: 3364615

RG: 2201423

Telefone: (82) 99116-3878

*E-mail:* jair.silva@fale.ufal.br

#### **Formação Acadêmica**

Doutor em Linguística – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística - UFAL

Mestre em Linguística – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística - UFAL

Especialista em Língua Portuguesa e Linguística - FINOM

Graduação: Letras-Português - UEPB

#### **Experiência Acadêmica**

Professor Adjunto da UFAL, de 2013 aos dias atuais.

Professor Substituto da UFAL, de 2002 a 2005 e de 2008 a 2010.

Professor de Faculdades Particulares, de 2002 a 2010.

Professor da Educação Básica, de 1998 a 2010.

## **2 APRESENTAÇÃO**

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras: Licenciatura, na modalidade presencial, para atender à demanda da formação de professores em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a respeito da formação de docentes para o ensino de Libras em séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior, bem como para garantir acessibilidade, conforme previsto na Lei nº 10.048, de 8 de dezembro de 2000, e na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, além do Decreto legislativo nº 186, de 10 de julho de 2008, promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009<sup>1</sup>.

Entre as principais disposições legais que nortearam as reflexões realizadas no âmbito da elaboração deste Projeto Pedagógico, citam-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e os atos normativos dela originados, em especial, os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de

---

<sup>1</sup> Essa legislação contribuiu para instituir a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, isto é, a Lei Brasileira

Professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior”, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece a “duração da carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena”, e a Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, que “define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”.

Definindo currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso, sem abandonar o conceito de disciplinas, mas aliando a elas a possibilidade de formação também através de atividades acadêmicas extracurriculares que venham a contribuir para a aquisição de habilidades e competências necessárias à formação do profissional, o Parecer CNE/CES nº 492/2001 propõe que os Cursos de Letras sejam organizados com flexibilidade. Essa flexibilidade se dá através da estruturação dos cursos de maneira a (i) facultar opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho; (ii) oportunizar o desenvolvimento de habilidades que propiciem o alcance de competência na atuação profissional, por meio das atividades de ensino, do desenvolvimento de pesquisa e de atividades de extensão; (iii) priorizar uma prática pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do graduando; (iv) promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e com programas de pós-graduação; (v) propiciar a autonomia universitária através da responsabilização da definição do perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio pela Instituição de Ensino Superior.

Este Projeto Pedagógico é desenvolvido em consonância com a política inclusiva proposta pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC e pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – “Viver sem Limite” (Decreto nº 7612, de 17 de novembro de 2011) , documento que visa à efetivação das prerrogativas da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas – ONU (2007), ratificado em nosso país com equivalência de emenda constitucional (Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009). Segundo o referido Plano Nacional, uma das metas a ser alcançada é a implementação de 27 cursos de Letras-Libras: Licenciatura nos próximos anos.

Diante deste contexto que se nos apresenta e visando a expansão da oferta de cursos, a FALE-UFAL apresenta ao Conselho Universitário – CONSUNI/UFAL uma proposta de implantação do curso de Licenciatura, cuja aprovação deu-se em 7 de outubro de 2013, conforme Resolução nº 63/CONSUNI/UFAL (Anexo 1). Segundo determinações do Programa Viver Sem Limites, o Curso aprovado pelo CONSUNI/UFAL apresenta uma oferta anual de 30 vagas no período matutino no Campus A. C. Simões, em Maceió, com 50% das vagas destinadas, prioritariamente,



a pessoas surdas<sup>2</sup>, desde que atinja os requisitos estabelecidos em editais de seleção.

O Curso terá duração mínima de 8 semestres e máxima de 12 semestres, com carga horária de 3.220 horas, disponibilizando, quando necessário, no ambiente instrucional, os serviços de Tradução e Interpretação da Libras para o Português e vice-versa.

Com base no Parecer CNE/CES nº 08/2007, que norteia a configuração da carga horária máxima dos cursos de graduação no país, justificamos a necessidade de que o curso de Letras-Libras: Licenciatura tenha flexibilidade máxima de 6 (seis) anos de duração, considerando que o Curso tem uma dinâmica própria, de acordo com as exigências e características da área de linguagens.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras: Licenciatura está em harmonia com as resoluções da Universidade Federal de Alagoas, mais especificamente a Resolução nº 32/2005 – CEPE, de 14 de dezembro de 2005 – que estabelece os componentes curriculares comuns aos cursos de formação de professores da UFAL –, bem como atender às determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de suas resoluções, diretrizes e pareceres.

### **3 OBJETIVOS**

O Curso de Letras-Libras: Licenciatura, em consonância com o Decreto nº 5.626/05 e com o capítulo IV da LDB, objetiva, de modo geral, produzir e divulgar conhecimento específico da Libras nas seguintes áreas: língua, literatura e cultura.

Num contexto mais específico, o Curso apresenta os seguintes objetivos:

- Formar profissionais na área do ensino da Libras, como primeira e segunda línguas, aptos a atuar interdisciplinarmente como multiplicadores de conhecimentos e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, em particular, da comunidade linguística usuária da Libras;
- Aprimorar o conhecimento e o uso da Libras, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, ressaltando as variedades linguísticas e culturais;
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, situando o sujeito na problemática local e global e estabelecendo uma relação de reciprocidade com a sociedade;

---

<sup>2</sup> Conforme o Art. 2º e Parágrafo Único, Capítulo I, do Decreto 5626/2005, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

- Colaborar para a formação profissional do futuro docente, por meio de projetos de pesquisa e extensão na esfera da graduação e da pós-graduação, promovendo a participação social e visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da língua de sinais, integrando o sujeito ao meio em que vive.

## **4 JUSTIFICATIVA**

### **4.1 O reconhecimento da Libras no Brasil**

O movimento histórico das pessoas com deficiência, no Brasil, tem sido marcado por constantes desafios que vêm resultando em conquistas significativas em prol da efetivação de direitos sociais. Segundo o Censo 2010, 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Desse total, 9.722.163 apresentam deficiência auditiva e 31,63% estão no Nordeste. O Estado de Alagoas ocupa o 4º lugar no Brasil em relação ao número de pessoas com deficiência auditiva, somando 186.902 (CAPOVILLA, 2013). Trata-se, portanto, de um contingente considerável que foi reconhecido por suas especificidades, sendo a comunicação a de maior relevância.

Após a Constituição de 1988, diversas iniciativas foram implementadas pelo Poder Público para promover a inclusão e o acesso à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer e, sobretudo, à informação e à comunicação. No que se refere à pessoa surda ou com deficiência auditiva, destaca-se a sanção da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras e dá outras providências a ela relacionadas. Essa Lei, conhecida como “Lei de Libras”, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, que conferiu a ela maiores detalhes acerca das ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das disposições constitucionais brasileiras.

Esses documentos legais marcam um avanço no processo de educação de surdos e na promoção da Libras, indicando mudanças no currículo educacional e nos sistemas de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, além de prever iniciativas que envolvem outros âmbitos da sociedade. Trata-se, portanto, de uma política linguística e pública, cujos resultados, a médio e longo prazo, serão revertidos numa educação de qualidade para aqueles que, historicamente, tiveram esse direito constitucional cerceado.

O Estado de Alagoas deu o seu primeiro passo ao instituir a Lei nº 6.060/98, antecipando o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda e a inserção dessa língua no processo de ensino-aprendizagem das escolas públicas do Estado, demandando: a) a certificação e/ou capacitação para o ensino da Libras e

para a tradução e a interpretação da Libras e do Português; b) a formação continuada de professores em Educação e Surdez; c) a criação do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS. Tais iniciativas visam transformar o cenário local e nacional, abrindo as portas das escolas para um público, até então, desacreditado, exigindo, entretanto, profissionais qualificados.

Em âmbito nacional, é possível constatar, de acordo com a Norma Técnica nº 65/2012/MEC/SECADI/DPEE que o número de matrículas de estudantes com surdez e com deficiência auditiva passou de 56.024, em 2003, sendo 19.782 em escolas comuns (36%), para 72.616, em 2011, sendo 57.164 em escolas comuns de ensino (78%). Esse índice de crescimento atinge a média 114% no número de matrículas em escolas comuns de ensino regular.

Ademais, no Ensino Superior, também se observa um aumento na matrícula de estudantes com surdez. De acordo com o Censo da Educação Superior (MEC/INEP), em 2007, foram registradas 444 matrículas. Em 2010, o número cresceu para 2.167, registrando um salto de 388%. É importante ressaltar que esse número ainda conta com uma participação pequena das instituições públicas, pois, nos últimos dados, aproximadamente 3/4 das matrículas foram realizadas em instituições privadas.

## **4.2 O ensino da Libras no Brasil**

A proposta do MEC em oferecer uma Educação Bilíngue para surdos visa, dentre outras razões, à garantia do acesso aos conteúdos escolares na primeira língua naturalmente adquirida. Para que isso fosse possível, certas medidas foram e continuam sendo tomadas. A meta estabelecida pelo Decreto nº 5.626 estabelece um período de 10 anos, a partir da data de publicação, para o cumprimento dos pontos por ele pautados, mobilizando as instâncias governamentais na direção da implementação dos ajustes devidos. Uma das prerrogativas de caráter efetivo e obrigatório é a inclusão da disciplina Libras, de acordo com o capítulo II, Art. 3º. do Decreto nº 5.626: “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O referido Decreto acrescenta, ainda, que ela deve ser disposta como disciplina optativa para os demais cursos de Educação Superior e de Educação Profissional, expandindo a demanda que ainda carece de profissionais qualificados para atendê-la. Só na Universidade Federal de Alagoas são cerca de 29 cursos de licenciatura oferecidos, número que se multiplica com a solicitação dos demais cursos, totalizando cerca de 68 cursos que, embora compartilhem a oferta de Libras, tem gerado uma carência de profissionais que correspondam aos critérios da área,

visto que o número atual de docentes contratados ainda é bastante limitado para atender à crescente demanda.

Todas as IES se encontram em processos semelhantes a esse. Por isso, ao passo que a disciplina vai ampliando sua oferta, centenas de profissionais necessitarão ser capacitados por meio de formação em nível superior. A criação do curso de Letras-Libras é uma das iniciativas previstas em Lei que visa atender à crescente demanda por professores e pesquisadores em Língua de Sinais.

Iniciado em 2006, pela UFSC, o curso contou com a parceria, por meio da Universidade Aberta do Brasil, de 18 IES públicas de diversos Estados. Cerca de 1.350 pessoas foram matriculadas nas duas primeiras ofertas. Outros cursos de Letras-Libras também foram criados com o objetivo de contemplar a realidade local de cada Estado que o implementa. O MEC, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – “Viver sem Limite” (2011), tem como meta a criação de 27 cursos de Letras-Libras em instituições federais de ensino superior até 2014, com o objetivo de fortalecer e expandir as ações nessa área.

Dentre as ações emergenciais, enquadra-se o exame nacional de Proficiência em Libras – ProLibras, que certifica profissionais que já atuam no ensino e na tradução/interpretação da Libras sem formação específica na área. Esse exame foi promovido pelo Governo Federal através da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas “Anísio Teixeira” – INEP. Essa iniciativa tinha como objetivo o atendimento à carência gerada pela implementação da Libras nas IES e pela efetivação do direito ao acesso à Educação Bilíngue por parte das pessoas surdas. Porém, com a instauração e ampliação dos cursos de Letras-Libras, o ProLibras tinha término previsto para 2016.

Atualmente, na rede pública, alguns governos estudam a possibilidade de adicionar a Libras no conteúdo escolar da educação básica. Na rede privada, já é possível encontrar algumas escolas que optam pelo ensino da Libras no seu currículo escolar. A adição deste conteúdo já é autorizada e qualquer escola pode implementá-lo, com a condição de que haja profissional que atenda às demandas existentes. Assim, a necessidade de profissionais capacitados será ainda maior.

O campo de estudos e trabalho é vasto e requer uma concentração científica, em nível de graduação e pós-graduação, que acompanhe os avanços e nuances postos em prática tanto no ensino da Libras como primeira língua para criança surdas, como no ensino da Libras como segunda língua para os interessados em adentrar a área.

#### **4.3 O ensino da Libras como L1 e L2**

A formação de professores para o ensino da Libras atende a uma realidade que vai além das exigências para as Instituições de Ensino Superior. De acordo com a Lei nº 10.436, a Libras é “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um

sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Nesse sentido, compreende-se que a pessoa surda tenha como primeira língua a Libras.

Entende-se, como princípio, que a Libras faz parte da cultura surda e, assim como qualquer outra língua, é carregada de significação social, permite a troca de informações e ideias, veicula discursos, expressa subjetividades e também identidades. A Libras, portanto, ultrapassa os objetivos de uma simples comunicação e se constitui na expressão da identidade de uma comunidade (SKLIAR, 1997).

As constatações que ressaltam a importância da aquisição de Línguas de Sinais por crianças surdas são provenientes de pesquisas que comprovam o *status* linguístico das Línguas de Sinais e apontam suas peculiaridades. Teoricamente, o reconhecimento desse *status* para as línguas de modalidade visuoespacial tiveram sua origem nas pesquisas de William Stokoe, por volta de 1960, acerca da Língua de Sinais Americana (ASL). A partir desse fundamento, várias pesquisas ganharam espaço acadêmico nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo (QUADROS, 2006).

Tal fundamento teórico defende que, se a criança tem perda significativa no canal auditivo, o canal naturalmente apropriado para o desenvolvimento da linguagem é a visão. Há, portanto, uma distinção entre as línguas no quesito modalidade, classificando-as como: orais-auditivas e visuoespaciais. Nesse sentido, faz-se necessário que haja acesso às informações linguísticas no canal biologicamente favorável.

O processo de interação, no qual toda criança adquire sua primeira língua, ocorre, em princípio, em casa, na inter-relação com falantes da língua em comum. Para a criança surda, esse aspecto é problemático, pois segundo Goldfeld (1997), 90% dos pais dessas crianças são ouvintes, ou seja, falantes do Português, língua oral-auditiva, o que dificulta o processo de aquisição da língua visuoespacial.

Muitas crianças surdas só aprendem a língua de sinais no ambiente escolar. Na classe regular, seu envolvimento se dá com o profissional tradutor/intérprete de Libras, com o professor e com a comunidade escolar em geral. Desde que haja profissional fluente e habilitado, o MEC sugere o Atendimento Educacional Especializado – AEE em turno alternativo para complementar as especificidades desse processo educacional, que pode agregar o papel de ensino da Libras como primeira língua – L1. Cabe também às escolas e ao serviço público oferecer o ensino da Libras para os familiares e para a comunidade interessada.

O processo de ensino-aprendizagem de L1 e L2 requer metodologias específicas que exigem uma formação reflexiva acerca da prática exercida, visto que contribuem substancialmente para um melhor desempenho do desenvolvimento da linguagem da criança que tem a Libras como sua forma legal de expressão e comunicação. Desse modo, o professor de Letras-Libras terá como base na sua formação os requisitos necessários para o atendimento à diversidade dos sujeitos inseridos nesse processo.

#### 4.4 O ensino da Libras em Alagoas

Em Alagoas, além das salas de recurso que devem oferecer AEE, o Centro Público de Referência no Atendimento Especializado é o Centro de Atendimento ao Surdo – CAS, que recebe um público vindo de vários municípios do Estado e dispõe de diversos tipos de atendimento para surdos e para a comunidade em geral, tais como: oficinas de linguagem para crianças, jovens e adultos surdos, cursos de formação para professores, cursos de capacitação de profissionais, cursos de Libras para familiares e para a comunidade em geral, dentre outros. Vale ressaltar que no CAS as crianças recebem atendimento em sua primeira língua, mas, por ser o único centro especializado do estado de Alagoas e pelo pequeno número de profissionais capacitados, não suporta a demanda recorrente.

Nesse Centro de Atendimento ao Surdo, desde o segundo semestre de 2011, cerca de 1.882 vagas para cursos de Libras foram ocupadas. Os dados da Instituição revelam que a procura tem aumentado a cada ano. Além do CAS, outras instituições públicas e privadas também oferecem o ensino da Libras. O que se observa, no entanto, é que boa parte desses profissionais que atuam no ensino da Libras como segunda língua não possuem formação específica na área em nível de graduação.

No ensino de Libras como primeira língua para crianças surdas, o número de professores formados e habilitados é irrisório. A maioria dos professores que desempenha essa tarefa é ouvinte e boa parte desse quadro não apresenta um domínio satisfatório da Libras. Atualmente, Maceió conta com um sistema público educacional inclusivo para surdos: as chamadas “escolas-polo”. A capital conta com apenas 8 (oito) escolas-polo (entre estaduais e municipais), localizadas em pontos estratégicos por não haver um número de profissionais suficiente para atender a demanda que necessita de atendimento especializado e acesso educacional em Libras.

No nível superior, a disciplina de Libras começou a ser inserida com a iniciativa do curso de Formação de Oficiais (CFO), em meados de 2007. No ano seguinte, o Centro Universitário CESMAC deu continuidade ao processo de implementação da disciplina na matriz curricular dos cursos de licenciatura. Seguindo o exemplo e as recomendações previstas no Decreto nº 5.626, outras IESs também o fizeram, inclusive a UFAL, em 2009. Hoje, a UFAL conta com cerca de 30 (trinta) cursos nos quais a disciplina é obrigatória. Porém, além desses cursos, aqueles que não se enquadram na obrigatoriedade devem dispor da disciplina de modo eletivo, conforme o Parágrafo 2º do Capítulo II desse mesmo Decreto, que diz: “A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto”. Desse modo, temos aproximadamente 80 (oitenta) cursos de graduação para atender com a oferta da Libras em toda a UFAL.

Nesse contexto acadêmico, o ensino de Libras na UFAL também se dá como Projeto de Extensão, num viés pioneiro, através da Casa de Cultura de Libras. Tal

projeto iniciou-se em 2010 sob a coordenação do Prof. Daniel Paes de Albuquerque, adotando a denominação de Casa de Cultura e Expressão Visuogestual Miralles – (CCEV), cujo objetivo principal é estimular e difundir o uso da Libras e a expressão cultural da comunidade surda local. Em seguida, o projeto foi coordenado pelo Prof. Fábio Rodrigues dos Santos e atualmente, em 2016, é coordenado pelo Prof. Nágib José Mendes dos Santos, em parceria com a Casa de Cultura Luso-brasileira.

É notória a proporção inversa entre demanda e número de profissionais com formação específica para assumir as atribuições supracitadas, sobretudo quando se considera a qualificação do trabalho que vem sendo desenvolvido na área. Para tanto, é indispensável refletir sobre essa formação e desenvolver, com a contribuição da academia, um processo de identificação, reconhecimento e aprimoramento dos estudos que englobam a construção social, linguística e educacional da pessoa surda do nosso estado.

Assim, entendemos que a implantação e a fomentação do ensino de Libras na Universidade, através do curso de graduação em Letras-Libras: Licenciatura, e a sua estreita relação com a extensão e a pesquisa em âmbito acadêmico e o diálogo com a sociedade contribuirão significativa e positivamente com a formação de professores nessa área.

#### **4.5 A área de Letras: concepções**

Pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista e outro que a entende numa perspectiva social/cultural ou social/discursiva. Esses modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Essa concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, isto é,

oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação através da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa – AD, a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos, logo, como prática de sujeitos. Através do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sociointeracionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva inter/transdisciplinar questões sociais que têm como foco a linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, visando a contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer



instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção<sup>3</sup>.

Além disso, e em consonância ao que foi já dito, em tempo de multiculturalismo, avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos estudos culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentido de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros, não sendo, pois, tais recursos elementos de discriminação do literário. O importante é ver em que sentido a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois, nas mais diversas situações cotidianas, entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade, não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o “direito à literatura” — expressão feliz de Antonio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada a mais humilde, razão por que falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é ainda falar do homem e da sociedade que o abriga.

A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, Antonio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética.

profissionais reconhecerem a provisoriedade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal ótica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área de Libras dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua como L1 e L2 e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua materna e de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador.

Além disso, a articulação entre teoria e prática já referida se efetiva concretamente através desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permaneceriam estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

#### **4.6 Habilidades, competências, atitudes**

As Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud (1999), não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque aí o termo “mobilizar”, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possuem para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud que "uma competência orchestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação".

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

A direção do foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências implica em ressaltar que essas habilidades e competências precisam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Em outras palavras, é preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de línguas, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de Libras.

O formando deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no graduando uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, mas de operar com conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras-Libras: Licenciatura é pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusivamente, a desenvolver uma boa proficiência na língua, mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macro-competência está em conformidade com o marco referencial do projeto e envolve as seguintes habilidades:

- a) Gerais:
- Proficiência em suas produções linguísticas na língua de sinais em estudo;
  - Raciocínio lógico, análise e síntese;
  - Leitura e escrita de textos em Libras, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo;

- Utilização de metodologias de investigação científica;
- Assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino da Libras como L1 e L2;

b) Específicas:

- Descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua de sinais em estudo;
- Percepção de diferentes contextos interculturais;
- Compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;
  - Capacidade de reflexão analítica e crítica sobre a Libras como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico das comunidades surdas no Brasil;
  - Compreensão da Libras em âmbito literário e suas especificidades enquanto literatura visuoespacial;
  - Compreensão acerca da escrita da L1 e da L2 para surdo, a saber: Libras e Língua Portuguesa, respectivamente.
  - Compreensão de aspectos de tradução e interpretação no tocante à relação inevitavelmente bilíngue: Libras/Português, Português/Libras;
  - Relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
  - Compreensão e aplicação de diferentes teorias e métodos de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para os níveis de educação nos quais for atuar: educação infantil, nível fundamental, ensino médio e superior.

## **5 PERFIS DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO**

### **5.1 Perfil do egresso**

O aluno egresso do Curso de Letras-Libras: Licenciatura estará apto para exercer a docência nas séries finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, de acordo com o capítulo III, Art. 4º, do Decreto nº 5.626, pautada nas

concepções atuais da educação e Estudos surdos. Portanto, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Libras, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se desse profissional o seguinte perfil:

- Domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- Aptidão no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de Libras como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;
- Conhecimento acerca de metodologias de ensino-aprendizagem direcionadas para o ensino de Libras como L1 e L2;
- Capacidade de pautar-se nos valores da educação multicultural que possibilitem a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Formação humanística, teórica e prática;
- Capacidade para atuar em escolas e centros das redes pública ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Conhecimento dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- Conhecimento crítico de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;
- Capacidade de analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Domínio da libras, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adequação dos conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- Conhecimento de processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;

- Capacidade de refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem.

Assim, em consonância com os objetivos propostos para o Curso, o licenciado em Letras-Libras deve dominar o uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais.

Alicerçado na tríade ensino – pesquisa – extensão, o licenciado em Letras-Libras deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a atuar, interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, em áreas afins, apresentando capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Nesses contextos, o profissional deve ser capaz de aprofundar-se na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica.

## **5.2 Campo de atuação**

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da Libras e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado estão mais diretamente voltados para a atuação como professor de Libras nas séries finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, seja na docência da sua área de competência ou na gestão do trabalho educativo, nos domínios público e privado, bem como em instituições especializadas no ensino de Libras ou na educação de surdos, tais como federações, associações e centros de AEE.

Além dessas possibilidades, é da competência do profissional atuar como dinamizador de programas de formação continuada, na revisão de materiais produzidos em Libras, no desenvolvimento e na análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino da Libras como L1 e L2 e sua(s) respectiva(s) literatura(s), na elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, na assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

## **6 PROCESSO SELETIVO**

O processo seletivo do curso de Letras-Libras: Licenciatura, na modalidade presencial, será oferecido pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e gerenciado

pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) através de chamada em edital publicada nas páginas da COPEVE/UFAL e FALE.

O Curso permite o ingresso através de vestibular específico com opção de exame em Libras, além da redação. A alternativa ao Exame Nacional do Ensino Médio – Enem se dá pela não disponibilidade deste último instrumento em oferecer as provas com versão sinalizada em Libras. Do vestibular próprio, 30 candidatos serão selecionados anualmente para o período matutino.

Das 30 vagas semestrais, 50% serão preferencialmente destinadas para candidatos surdos ou com deficiência auditiva comprovada, de acordo com a definição contida no Parágrafo único do Capítulo I do Decreto nº 5.626: “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”. Essa determinação também é prevista no Decreto citado, conforme o Parágrafo único do Capítulo III, que diz que: “As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no *caput* [do referido Decreto]” (acréscimo nosso).

Caso as vagas preferenciais não sejam preenchidas, seja pelo número insuficiente de candidatos surdos aprovados ou pelo número reduzido de candidatos surdos inscritos, os demais concorrentes poderão ocupar essas vagas, enquadrando-se nos mesmos critérios de classificação e desempate que poderão ocorrer com as vagas não preferenciais.

## **7 METODOLOGIA DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA**

Tendo em vista a formação dos estudantes e a melhor forma de garantir que eles desenvolvam competências e habilidades voltadas para a interação, cooperação, crescimento grupal, trocando experiências e desenvolvendo a autonomia perante o conhecimento, a FALE incentiva à autonomia, contribuindo para que esse graduando seja sujeito da aprendizagem. Por se tratar de um curso que envolve a formação de docentes, privilegia-se a problematização da prática. A partir da realidade cotidiana vivida pelo professor em sala de aula é que são resgatadas as questões teóricas, viabilizando a passagem do senso comum para a atitude teórico-reflexiva sobre a sua prática.

A metodologia desse curso, de modo geral, privilegia uma abordagem progressista, que incentive o graduando a construir o seu próprio conhecimento, cabendo ao professor o papel de mediador.

A Universidade deve fomentar as melhores condições possíveis para que o graduando possa alcançar o aprendizado de forma efetiva, embora em um ritmo próprio e peculiar.

### **7.1 Organização do material didático**

Os materiais trabalhados nas disciplinas poderão ser compostos por textos extraídos de livros, artigos, revistas e/ou conteúdos desenvolvidos em outros cursos de graduação, desde que referenciados na ementa. Além desse material, o professor poderá dispor material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina. Esse material poderá ser traduzido para Libras pelos tradutores intérpretes de Libras (TILS) da Unidade e disponibilizado, também, em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esses recursos deverão estar sintonizados com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

No AVA, o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os graduandos. Na página virtual do curso/disciplina, o professor de cada disciplina também poderá acrescentar materiais complementares para acesso aos graduandos, tais como: *links* para acesso à página ou outro material. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos para o AVA, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdo que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

O AVA visa oferecer maior acessibilidade aos materiais visuais atendendo às necessidades do processo de ensino-aprendizagem do curso de Letras-Libras: Licenciatura. Nele, poderão ser depositados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeoaula, estudos dirigidos etc., permitindo que o graduando se sinta integrado e incluído. Além disso, esse espaço pode facilitar e aproximar a comunicação entre graduandos e professores.

As mídias utilizadas para o público-alvo descrito, como foi anteriormente explicitado, serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o graduando tenha a possibilidade de interagir com os colegas, professor, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Outras ferramentas de tecnologia da informação e comunicação poderão ser utilizadas pelo professor, a depender do objetivo proposto, tais como: Facebook, Whatsapp, Twitter, Youtube, entre outras. Para acesso a estes recursos, o graduando terá à disposição o Laboratório de Línguas 1 (LABEL 1), ambiente que dispõe de computadores conectados à Internet, e rede de internet sem fio dentro da Universidade.

A FALE também dispõe de um Laboratório de Línguas 2 (LABEL 2) possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao graduando a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica. Vale ressaltar que está prevista a montagem de laboratórios próprios do Curso de Letras-Libras (já há espaço físico para este fim, com a construção do prédio do Curso, cuja entrega deu-se em maio de 2018). Em termos de estrutura para produção de material, o Letras-Libras conta com laboratório de última geração devidamente equipado com 04 câmeras HD de 24mp, iluminação, tripés, computadores para edição, notebooks, dispositivos para armazenamento etc., materiais adquiridos por meio do Projeto de



Pesquisa Corpus de Libras, junto ao CNPq/Edital Universal, o qual é amplamente usado por docentes, discentes e técnicos nas mais diversas atividades do Curso e mesmo da IES.

Ressalta-se que todo o material didático, seja impresso ou virtual, deve passar por um processo de avaliação permanente, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando o fortalecimento do processo de aprendizagem dos graduandos.

## **7.2 Organização estrutural**

O Curso de Letras-Libras possui peculiaridades que merecem ser destacadas. Por se tratar de um curso que desenvolve estudos linguísticos e literários que envolvem uma língua de modalidade visuoespacial, o uso de instrumentos e recursos visuais é recorrente. Nesse espaço acadêmico, é comum a realização de atividades e pesquisas com filmagem e a produção de material didático visualmente adaptado. Considerando essas especificidades, o curso necessita da seguinte estrutura física para o seu desenvolvimento:

- a) 8 (oito) salas de aula com mobiliário adequado, equipamentos eletrônicos e ar-condicionado.
- b) 1 (uma) sala de professores e TILS com mobiliário adequado, equipamentos eletrônicos, rede lógica e ar-condicionado.
- c) 2 (dois) laboratórios (para gravação/ edição) de língua de sinais e de tradução e interpretação, para confecção e tradução/interpretação de material didático e para a realização de atividades acadêmicas do curso com mobiliário adequado, equipamentos telefônico, eletrônicos e ar-condicionado.
- d) 1 (uma) sala para a coordenação acadêmico-administrativa do curso com mobiliário adequado, equipamentos telefônicos e eletrônicos e ar-condicionado.
- e) 1 (uma) biblioteca setorial com acervo específico e atualizado na área, com mobiliário adequado, equipamentos telefônico e eletrônicos e ar-condicionado.
- f) 1 (uma) laboratório de informática equipado para videoconferência e atividades de modalidade à distância, com mobiliário adequado, 30 (trinta) computadores, equipamentos eletrônicos e ar-condicionado.

Diante das necessidades específicas, algumas ações estão em execução, tais como: contratação de professores, tradutores-intérpretes de língua de sinais, assistentes administrativos, bibliotecário documentalista e programador visual, bem como a construção do prédio próprio do Curso, com espaço físico destinado para as necessidades supracitadas.

## **8 PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA DOCENTES, TILS, GESTORES E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

O programa de formação para docentes, tradutores-intérpretes, gestores e corpo técnico-administrativo se enquadra nas proposições de formação da UFAL. Seguem também sugestões de cursos para qualificação dessas equipes de trabalho:

a) Formação continuada dos professores do Curso de Letras-Libras com pesquisadores visitantes nas áreas de estudos das línguas de sinais, das literaturas e dos estudos surdos;

b) Formação continuada dos TILS (cursos de técnicas de interpretação, postura ética do profissional intérprete, laboratórios de interpretação), que atenderão a demanda da Universidade no que diz respeito ao atendimento ao público e às ações didático-pedagógicas que envolvem ensino, pesquisa e extensão;

c) Formação continuada do corpo técnico-administrativo e da gestão universitária (cursos de implementação de rotinas e organização de dados, cursos de organização administrativa, cursos de formação de gestão pública), levando-se em conta as adequações devidas no fomento à acessibilidade nos serviços prestados pela Universidade.

d) Formação continuada do discente: processo centrado na aprendizagem que incentive a participação e a interação entre os graduandos, o diálogo, a pesquisa, o debate, que promova a produção do conhecimento, que permita o exercício de práticas cotidianas como pesquisar na biblioteca, trabalhar em equipe com profissionais da mesma área e de áreas afins, apresentar trabalhos, fazer comunicações e intercambiar experiências.

Quanto à inserção do graduando em atividades de ensino, pesquisa e extensão e à assistência estudantil, será oferecido apoio através dos programas institucionais da Universidade e outros previstos no curso, como, por exemplo, programas de apoio extraclasse, através de monitoria e tutoria, assistência psicopedagógica e odontológica, participação em centro acadêmico, participação em intercâmbios institucionais, participação em programas, como bolsa permanência, PIBIC, PET, PIBID, PIBIT, CCC e CCEV, além de receber assistência através do restaurante universitário (RU) e residência universitária (RUA).

## **9 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA**

O curso de Letras-Libras: Licenciatura da UFAL, na modalidade presencial, possui estrutura administrativo-pedagógica vinculada à estrutura organizacional da Fale, que contempla:

**Coordenação de Curso:** formada pelo coordenador, seu vice, um Técnico em Assuntos Educacionais e um técnico auxiliar em administração. O coordenador deve ser profissional graduado em Letras ou áreas afins com experiência comprovada de 3 (três) anos de magistério superior, responsável pelas articulações em setores específicos e que transitará pelos diversos tipos de atividades no sistema geral.

*Funções:* dentre as suas funções estão a de supervisionar o funcionamento do curso e de todo processo educacional, permitindo o bom andamento do processo pedagógico; acompanhar os aspectos formais e administrativos do curso, como matrícula, calendário de atividades, acompanhamento de oferta das disciplinas.

**Docente Professor:** professor do curso com formação específica na área de Letras ou afins; ter experiência e conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina pela qual será responsável; ter domínio no uso de tecnologias de informação e comunicação.

*Funções:* preparar o programa da disciplina a ser desenvolvida ao longo do curso no prazo determinado; adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para o desenvolvimento do curso à linguagem visualmente enriquecida; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, tradutor-intérprete e discentes, o material didático organizado; participar das atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino; participar de grupos de trabalho que focam a produção de materiais didáticos para o curso de Letras-Libras. Assumir uma posição de dinamizador do processo de ensino-aprendizagem, encorajando os graduandos à autorreflexão e permitindo uma contribuição mais ativa e profunda nas discussões; manter relações positivas na sala de aula; promover a participação dos graduandos, encorajando e corrigindo suas contribuições; desenvolver as atividades docentes mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação; participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso; participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia adequada para o curso de Letras-Libras; atuar e planejar as aulas em parceria com os profissionais tradutores-intérpretes; apresentar ao coordenador de curso, quando solicitado, um relatório do desempenho dos graduandos, do desenvolvimento da disciplina e sobre as atividades de ensino.

**TILS:** profissional competente e proficiente para realizar a interpretação e/ou tradução das 2 (duas) línguas (Português e Libras) de maneira simultânea ou consecutiva.

*Funções:* efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdocegos, surdocegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar/traduzir em Libras-Português as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas no curso de Letras-Libras e na UFAL, respeitando a carga horária e disponibilidade do servidor, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; traduzir/interpretar os conteúdos-base de cada disciplina a ser ministrada, desde que entregues previamente pelo professor

responsável; atuar em processos seletivos do curso; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da Universidade; zelar pelo rigor técnico, pelos valores éticos inerentes à profissão e previstos na Lei nº 12.319/10, pelo respeito à pessoa humana e à cultura da pessoa surda e surdocega.

**Equipe de apoio tecnológico e de logística:** TILS, programador visual, bibliotecário-documentalista.

*Funções:* tem a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

**Graduando:** estudante matriculado no curso.

*Funções:* construir e manter uma postura autônoma, independente, que seja agente ativo em seu processo de aprendizagem; aprender a trabalhar em grupo e a desenvolver o espírito de colaboração; manter interações, envolvendo tanto o conteúdo do curso quanto a comunicação pessoal; participar plenamente na construção de uma aprendizagem colaborativa, construir significados socialmente, evidenciados pelo acordo ou pelo questionamento; compartilhar recursos com outros graduandos; expressar apoio e estímulo trocados com outros graduandos, além de vontade de avaliar criticamente o trabalho dos colegas.

## 9.1 Quadro docente e técnico-administrativo

Segue abaixo o atual quadro de docentes e técnico-administrativos do Curso de Letras-Libras: Licenciatura.

### CORPO de DOCENTE

<b>Professores efetivos</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de trabalho</b>
Edineide dos Santos Silva	Doutora	DE
Emanoelly Caldas de Oliveira	Especialista	DE
Humberto Meira de Araújo Neto	Mestre	DE
Jair Barbosa da Silva	Doutor	DE
Lígia dos Santos Ferreira	Doutora	DE
Livia Andrade da Conceição	Especialista	DE
Magda Souto do Monte	Graduada	DE
Marcos Grutzmacher	Especialista	DE
Maria Angélica da Silva	Mestre	DE
Nagib José Mendes	Mestre	DE
Paulo Rogério Stella	Doutor	DE
Radjalma da Silva Teixeira	Especialista	DE
Thiago Bruno de Souza Santos	Especialista	DE
<b>Professores Colaboradores</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de trabalho</b>
Fábio Rodrigues dos Santos	Mestre	DE
Joseane Santos do Espírito Santo	Especialista	DE
<b>Professor Substituto</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de trabalho</b>
Thaís Oliveira Barbosa	Mestre	40h

## QUADRO de TÉCNICOS

Nome	Função/Cargo
Carlos Alberto Matias de Oliveira	TILS
Catarina dos Santos Claudino	TILS
Janaína da Rocha Ribeiro	Técnica em Audiovisual
Jeanine Waléria Oliveira Braga Pereira	TAA
Jorge Henrique Silvestre Barbosa	TAA
Juliana Vanessa da Silva Santos	TILS
Maykew Douglas de Assis Gusmão	TILS
Meire Santos Pereira	TILS
Pollyanna Lino de Araújo	TILS
Taciana Grigório da Conceição	TILS
Jaqueline Soares dos Santos	TILS
Vanessa Elisa da Silva Correia	TAE
Daniela Miranda	TILS - Contrato

## 10 FREQUÊNCIA

A frequência dos graduandos nas aulas presenciais é obrigatória em 75% do total da carga horária de cada disciplina, conforme previsto na legislação vigente - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N° 9.394/96 e Resolução nº 5 - CEPE/UFAL, de 26 de outubro de 2005, que “institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006”.

## 11 AVALIAÇÃO

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando ao crescimento qualitativo do curso. Para tanto, os principais instrumentos adotados serão os propostos pelo INEP/MEC, como a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que trata da Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e a Portaria nº 1, de 5 de janeiro de 2009, que trata da avaliação para reconhecimento de cursos superiores de Tecnologia do SINAES.

No curso de Letras-Libras: Licenciatura, a avaliação desempenha plenamente seu sentido de verificação do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a avaliação assume um caráter formativo. Essa avaliação permite ao graduando um retorno às ações que executou e a seus resultados, passando a ter tanto para o graduando, como para o professor, função diagnóstica de análise da relação entre os objetivos e os resultados alcançados, tornando possível tomar as providências para ajuste entre os objetivos e as estratégias.

As contribuições de teor metodológico advindas da pesquisa em educação e, especificamente, no ensino de línguas, os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa e sobre inteligências múltiplas e o diálogo entre saberes e culturas balizarão o emprego de uma pluralidade de metodologias de ensino-aprendizagem no Curso de Letras-Libras: Licenciatura.

Objetivando a construção do perfil do licenciado, os procedimentos metodológicos aplicados no curso privilegiarão a busca do saber e a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esses profissionais, promovendo a relação teoria-prática de maneira intensa e contínua através de atividades, como aulas teóricas, atividades práticas em sala de aula e em laboratórios, trabalhos individuais e colaborativos em pequenos e grandes grupos, seminários, leituras orientadas, atividades de pesquisa, entre outras.

Em relação aos estágios e ao TCC, as avaliações também visam ao acompanhamento do processo como parte da formação. Tanto o TCC como os estágios estão integrados ao curso. Os estágios serão realizados na comunidade local, devidamente supervisionados por um professor do curso.

Ainda de acordo com as normas da Universidade, os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação discente serão especificados nos Planos de Ensino de cada disciplina, juntamente com os dados formais sobre a disciplina, como ementa, conteúdos e bibliografia. As avaliações serão realizadas prioritariamente na Língua de Sinais, momento em que serão observados alguns critérios, como compreensão de texto sinalizado e apropriação do conteúdo. Para os graduandos surdos estão previstas disciplinas de língua portuguesa como L2 para trabalhar possíveis dificuldades encontradas.

Em relação à avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Curso, será instaurada uma comissão de autoavaliação permanente que poderá propor adequações e/ou reformulações caso sejam evidenciadas necessidades decorrentes do andamento do curso, da realidade e da demanda social em que estarão atuando os profissionais formados nestes cursos. Essa comissão de autoavaliação (CAA) da FALE deverá atuar em consonância com Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade de Letras do próprio curso de Letras-Libras: Licenciatura.

É permitido o aproveitamento de disciplinas conforme Resolução nº 13/90 - CEPE, de 24 de agosto de 1990. No caso das disciplinas eletivas, o Curso de Letras-Libras estabelece o número máximo de três aproveitamentos, das sete disciplinas eletivas a serem cumpridas. Para o caso da disciplina Libras 1 – Básico, exclusivamente, estabelece-se a possibilidade de dispensa a partir de um exame de suficiência, ainda que tal disciplina não tenha sido cursada anteriormente. Esta exceção se deve ao fato dessa disciplina ser dispensável no caso do aluno apresentar fluência nos aspectos linguísticos da Libras trabalhados nela.

O curso de Letras-Libras da Fale deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pelo Conselho da FALE e, em consonância com o NDE, avaliará, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da Fale, os seguintes aspectos:

- a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do egresso;
- b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, disciplinas e evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso;
- c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos;
- d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores, tradutores-intérpretes e profissionais técnico-administrativo;
- e) instalações físicas.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, caso existam se existirem.

Além disso, a avaliação do desempenho docente, do desempenho do tradutor-intérprete e a autoavaliação serão efetivadas pelos docentes, técnicos-administrativos e discentes, fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados são: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional.

## **13 CONTEÚDO/MATRIZ CURRICULAR**

### **13.1 NÚCLEOS DE FORMAÇÃO DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA**

A integralização da matriz curricular está organizada em um mínimo de oito (8) semestres e máximo de doze (12), e perfaz um total de 3.220 horas, sendo:

- 2162 horas de disciplinas obrigatórias;
- 378 horas de disciplinas eletivas;

- 400 horas de estágio supervisionado;
- 400 de prática como componente curricular (PCC), distribuídas na disciplinas Projetos Integradores, CriaLibras, APEX e Metodologia de Ensino da Libras;
- 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais (AACC);
- 80 horas de trabalho de conclusão de curso (TCC).

### **Disciplinas (eletivas e obrigatórias)**

- Disciplinas cursadas presencialmente ao longo dos quatro anos. Para ser aprovado nas disciplinas, o aluno precisa obter nota mínima (média) de 7,0 (sete inteiros) e pelo menos 75% de frequência. As aulas podem ser de natureza expositiva, em formato de debates ou seminários, etc., a critério do professor.
- Contemplam-se disciplinas com conteúdos pertinentes à educação bilíngue; tradução e interpretação de línguas de sinais; literatura; disciplinas da área da linguagem e linguística, visando à complementação da formação do/a graduando/a de Letras-Libras; disciplinas com foco pedagógico; temas transversais, como a questão do meio ambiente, dos aspectos étnico-raciais (história e cultura afro-brasileira e indígena), das novas tecnologias, dos direitos humanos, da educação especial etc.

### **Estágio supervisionado**

- O ES “é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (CNE, Resolução N° 02, de junho de 2015). A referida Resolução estabelece ainda que os cursos de formação docente em nível superior, na modalidade licenciatura, devem ter “400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição”. O ES é apresentado com maior detalhamento em seção específica.

### **Prática como Componente Curricular**

- De acordo com a legislação em vigor (RESOLUÇÃO CNE/CP No 2, DE 1o DE JULHO DE 2015):
  - a integralização dos cursos de licenciatura deve garantir, entre outras, 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;



- a prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado desarticulado do restante do curso;
- No Curso de Licenciatura em Letras-Libras da UFAL, as Práticas como Componente Curricular (doravante PCC) acontecerão ao longo de todo o curso. As Disciplinas Projetos Integradores e CriaLibras<sup>4</sup> serão ofertadas exclusivamente para oferecer aos alunos esse componente prático, articulado com as demais disciplinas que estejam em vigor no semestre. Além disso, a integralização dessas horas ocorrerá ao se atrelar uma atividade prática e de extensão (doravante APEX<sup>5</sup>) a algumas disciplinas eletivas e obrigatórias. Temos, também, a disciplina Metodologia de Ensino da Libras envolvida na PPC, totalizando as 400h necessárias.

### **Atividades Acadêmico-Científico-Culturais**

- compreendem atividades acadêmicas de livre escolha dos graduandos, dentre uma lista de tipos de atividades previamente estabelecidas pelo colegiado do curso, que têm como objetivo desenvolver posturas de cooperação, comunicação, liderança e autonomia em busca do aprofundamento de conhecimentos;
- configuram-se em torno de: participação em seminários, palestras, atividades de iniciação científica, de projetos multidisciplinares, monitorias, publicações de trabalhos de natureza científica na área de formação, participação em eventos de natureza acadêmica; atividades de extensão etc.

### **Trabalho de Conclusão de Curso**

- O TCC é um componente curricular obrigatório, com carga horária total de 80 horas, não se constituindo como disciplina, nem tendo carga horária fixa semanal. Consistirá de um trabalho acadêmico inédito/original de aprofundamento teórico ou teórico-prático, elaborado pelo graduando, individualmente ou em dupla, a partir do 6º (sexto) período do Curso de Letras-Libras, sendo resultado de pesquisa relacionada às seguintes áreas de atuação: Linguística, Literatura

---

<sup>4</sup> Esses componentes curriculares serão atribuídos a um professor específico ao longo do semestre e terão um caráter eminentemente prático que se vincule e dialogue com as outras disciplinas vigentes no semestre.

<sup>5</sup> APEX compreenderá trabalhos práticos e com caráter de extensão, cumprindo uma dupla função: a de funcionar como PCC e em prol de uma curricularização da extensão, pilar importante da Universidade. As APEX serão vinculadas a disciplinas eletivas vigentes nos semestres indicados ou a disciplinas obrigatórias definidas previamente e serão sempre propostas e supervisionadas pelos professores responsáveis dessas disciplinas. A Carga horária é de 50 horas, fracionadas em duas disciplinas, por semestre, a partir do quinto, sem carga horária fixa semanal.

Surda, Educação e suas interfaces, realizada sob a orientação de um docente do quadro permanente da UFAL, conforme tratado mais diante em seção específica.

Os seguintes núcleos estarão presentes em todas as atividades supracitadas:

#### **Núcleo de formação básica (formação geral)**

- conhecimentos fundamentais para os estudos linguísticos e literários, bem como os de natureza específica da visão histórica e humanística da organização escolar.

#### **Núcleo de formação específica**

- conjunto de disciplinas que possibilitam a construção do perfil do profissional da área de Letras-Libras: Licenciatura;
- constituem o núcleo responsável pelo desenvolvimento de competências e habilidades próprias do professor de primeira e de segunda língua e a exploração de tecnologias de comunicação.

#### **Núcleo pedagógico**

- tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor; articula-se aos outros, numa relação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer buscando contribuições para a gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar, em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 28/2001;
- inclui aulas e atividades relacionadas às práticas docentes, o estágio curricular supervisionado de ensino e à Prática como Componente Curricular (PCC).

De modo geral, o curso segue os princípios orientadores das Licenciaturas na UFAL (Resolução nº 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005), que estão em consonância com o que preconiza o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014, Lei nº 10.172/2001) e a Resolução nº 2 – CNE/CP, (de 1º de julho de 2015, nº 01/2002), que institui as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena. Está, ainda, de acordo com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Desse modo, os graduandos de Letras-Libras: Licenciatura discutem questões relativas ao trabalho docente e à atualização profissional, ao desenvolvimento e à avaliação da aprendizagem, ao currículo, à pesquisa

educacional, à organização e gestão do trabalho escolar, e à política e organização da educação básica.

É importante ressaltar que o currículo do curso de Letras-Libras: Licenciatura, parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso, busca proporcionar ao discente uma visão interdisciplinar do conhecimento, favorecendo uma visão mais ampla das ciências e uma constante articulação entre ensino, pesquisa e extensão, suscitando, portanto, seu interesse por docência e pesquisa.

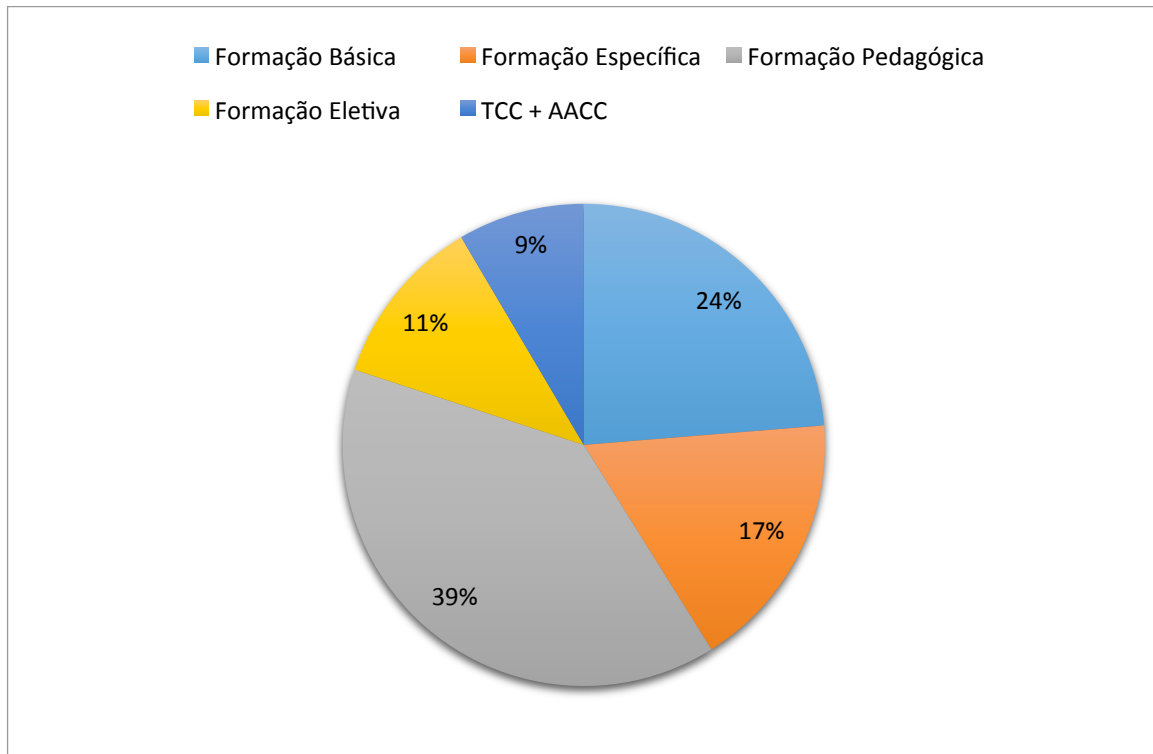
### 13.2 Organização curricular por núcleos

<b>COD.</b>	<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	Português como L2 (surdos) / Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa (ouvintes)	72
	Tecnologias da Informação e AVA	54
	Aquisição de Linguagem	72
	Estudos da Tradução e Interpretação	72
	Linguística Aplicada ao Ensino de Libras	72
	Introdução aos Estudos Linguísticos	72
	Estudos Linguísticos: Fonologia e Morfologia	72
	Estudos Linguísticos: Sintaxe e Semântica	72
	Tópicos em Cultura e Sociedade	54
	Metodologia Científica	72
	Fundamentos de Libras	54
	<b>Total de carga horária do núcleo</b>	<b>738h</b>
<b>COD.</b>	<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	Libras 1 – Básico	72
	Libras 2 - Pré-intermediário	72
	Libras 3 – Intermediário	72
	Texto e Discurso em LS	72
	Escrita de Sinais 1	72
	Escrita de Sinais 2	72
	Literatura Surda 1	72
	Literatura Surda 2	54
	<b>Total de carga horária do núcleo</b>	<b>558h</b>
<b>COD.</b>	<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	Projetos Integradores 1	36
	Profissão Docente	54
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72
	Desenvolvimento e Aprendizagem	72
	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	72
	Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	72
	Metodologia de Ensino da Língua Brasileira de Sinais	72
	CriaLibras 1	54

	CriaLibras 2	54
	CriaLibras 3	54
	Pesquisa Educacional	54
	Estágio supervisionado I	100
	Estágio supervisionado II	100
	Estágio supervisionado III	100
	Estágio supervisionado IV	100
	Atividades Práticas e de Extensão (APEX) <sup>6</sup>	200
	<b>Total de carga horária do núcleo</b>	<b>1266h</b>
<b>COD.</b>	<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO OPTATIVA/ELETIVA</b>	<b>TEÓRICA Carga horária</b>
	<i>Observação: Os alunos devem cursar 7 disciplinas eletivas, a serem escolhidas dentre as que seguem</i>	378
	Produção de Texto em Libras	54
	Surdocegueira e Escolarização	54
	Sociolinguística	54
	Educação Bilíngue e Escrita de L2 para Surdos	54
	Coleta de dados em LS	54
	Teoria da Educação e Estudos Surdos	54
	Pragmática	54
	Teoria e Análise Semiótica dos Textos e Discursos	54
	Escrita Acadêmica	54
	Educação Inclusiva e Surdez	54
	Aspectos fisiológicos da surdez e linguagem	54
	A prática da tradução e interpretação em Libras	54
	<b>Total de carga horária do núcleo</b>	<b>378h</b>
	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC</b>	<b>80h</b>
	<b>ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS</b>	<b>200h</b>
	<b>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>400h</b>
	<b>Total da carga horária do curso</b>	<b>3220h</b>

<sup>6</sup> Ver anteriormente a explicação sobre “Prática como Componente Curricular” (PCC). Já estão incluídas nas horas dos núcleos.

### Gráfico de Carga Horária por Núcleo de Formação



### 13.3 Ordenamento Curricular

Abaixo segue o Quadro de Saberes do Curso e o Ordenamento Curricular:

<b>ORDENAMENTO CURRICULAR</b>							
<b>CURSO: LETRAS-Libras: LICENCIATURA</b>				<b>MODALIDADE: PRESENCIAL</b>			
<b>CURRÍCULO: 2014</b>							
<b>REGIME SEMESTRAL</b>							
Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral Total
1º		PROFISSÃO DOCENTE	Sim	03	36	18	54
		PROJETOS INTEGRADORES 1	Sim	02	-	36	36
		FUNDAMENTOS DA LIBRAS	Sim	03	27	27	54

		LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA (Só para ouvintes) / PORTUGUÊS COMO L2 (só p/ surdos) *	Sim	04	36	36	72
		INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	Sim	04	54	18	72
		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E AVA	Sim	03	18	36	54
<b>Total</b>				<b>19</b>	<b>171</b>	<b>171</b>	<b>342 h</b>
2º		METODOLOGIA CIENTÍFICA	Sim	04	54	18	72
		POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	Sim	04	54	18	72
		LIBRAS 1 - BÁSICO	Sim	04	36	36	72
		ESTUDOS LINGUÍSTICOS: FONOLOGIA E MORFOLOGIA	Sim	04	54	18	72
		LITERATURA SURDA 1	Sim	04	72	-	72
<b>Total</b>				<b>20</b>	<b>270</b>	<b>90</b>	<b>360h</b>
3º		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Sim	04	58	14	72
		LITERATURA SURDA 2	Sim	03	44	10	54
		LIBRAS 2 - PRÉ-INTERMEDIÁRIO	Sim	04	36	36	72
		LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LIBRAS	Sim	04	58	14	72
		ESTUDOS LINGUÍSTICOS: SINTAXE E SEMÂNTICA	Sim	04	58	14	72
		CRIALIBRAS 1	Sim	03	-	54	54
<b>Total</b>				<b>22</b>	<b>254</b>	<b>142</b>	<b>396 h</b>
4º		PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Sim	04	58	14	72
		AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM	Sim	04	58	14	72

		LIBRAS 3 - INTERMEDIÁRIO	Sim	04	36	36	72
		ESCRITA DE SINAIS 1	Sim	04	58	14	72
		CRIALIBRAS 2	Sim	03	-	54	54
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	44	10	54
<b>Total</b>				<b>22</b>	<b>254</b>	<b>142</b>	<b>396h</b>
5º		PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	Sim	04	58	14	72
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	Sim	05	30	70	100
		CRIALIBRAS 3	Sim	03	-	54	54
		APEX 1 (Eletiva + Tópicos)	Sim	-	-	50	50
		TEXTO E DISCURSO EM LS	Sim	04	36	36	72
		ESCRITA DE SINAIS 2	Sim	04	58	14	72
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	44	10	54
<b>Total</b>				<b>23</b>	<b>226</b>	<b>248</b>	<b>474h</b>
6º		APEX 2 (Eletiva + "PE")	Sim	-	-	50	50
		PESQUISA EDUCACIONAL	Sim	03	44	10	54
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	Sim	05	30	70	100
		ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	Sim	04	58	14	72
		METODOLOGIA DE ENSINO DA LIBRAS	Sim	04	58	14	72
		TÓPICOS EM CULTURA E SOCIEDADE	Sim	03	44	10	54
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	44	10	54
<b>Total</b>				<b>22</b>	<b>278</b>	<b>178</b>	<b>456h</b>
7º		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	Sim	05	30	70	100
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	44	10	54
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	44	10	54
		APEX 3 (NAS DUAS ELETIVAS)	Sim	-	-	50	50
<b>Total</b>				<b>11</b>	<b>118</b>	<b>140</b>	<b>258 h</b>
8º		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	Sim	05	30	70	100
		DISCIPLINA ELETIVA	Sim	03	44	10	54

		TCC	SIM	-	-	80	80
		DISCIPLINA ELETIVA	SIM	03	44	10	54
		APEX 4 (NAS DUAS ELETIVAS)	Sim	-	-	50	50
<b>Total</b>				<b>11</b>	<b>118</b>	<b>220</b>	<b>338h</b>

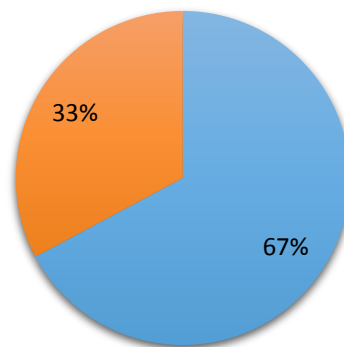
<b>CARGA HORÁRIA</b>	
Disciplinas obrigatórias (incluindo PCC)	2162
Disciplinas eletivas	378
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	200
Estágio Supervisionado	400
TCC	80
PCC (distribuídas nas disciplinas obrigatórias)	400
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>	<b>3220 h</b>



## Gráficos representativos da Carga Horária no curso

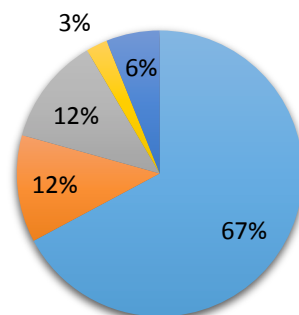
### Carga Horária Total Licenciatura em Letras Libras - UFAL

■ TOTAL DE DISCIPLINAS ■ OUTRAS ATIVIDADES



### Carga Horária Total Licenciatura em Letras Libras - UFAL Desmembramento

■ Disciplinas ■ Estágio ■ PCC ■ TCC ■ AACC



## 14 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O ES é regido por uma vasta legislação federal que compreende: LDB 9.394/96, Resoluções CNE/CP nº 2/2002, CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 02/2015, Lei nº 11.778/08), que estabelece que o estágio, de até 400 horas, deve ser realizado em escola de educação básica, a partir da segunda metade do curso, além da legislação específica da UFAL: Resolução nº 71/2006 CONSUNI/UFAL, Resolução nº 36/2008 CONSUNI/UFAL, Instrução Normativa PROGRAD/Fórum das Licenciaturas nº 01/2013 e Portarias nº 01/2011 e 01/2016 da PROGRAD/UFAL.

Em suma, O ES é regido por uma vasta legislação federal que compreende: LDB 9.394/96, Resoluções CNE/CP nº 2/2002, CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 02/2015, Lei nº 11.778/08), que estabelece que o estágio de 400 horas<sup>7</sup>, deve ser realizado em escola de educação básica, a partir da segunda metade do curso. No caso do Curso de Letras-Libras da UFAL, o ES será ofertado aos discentes a partir do quinto período do Curso e se apresenta assim dividido:

PERÍODO	DISCIPLINA	FOCO	CH
5º	Estágio Supervisionado 1	Libras como L2	100h
6º	Estágio Supervisionado 2	Libras como L2	100h
7º	Estágio Supervisionado 3	Libras como L1	100h
8º	Estágio Supervisionado 4	Libras como L1	100h
<b>Total</b>			<b>400h</b>

Embora a legislação federal atual estabeleça, em geral, que o ES tenha como campo de realização as escolas de Educação Básica, esta indicação fica comprometida na maioria dos estados brasileiros, uma vez que a disciplina de Libras não é ofertada nas escolas, tampouco há professores formados em Letras-Libras, ao menos em número suficiente, atuando nas escolas para que possam receber o estagiário e acompanhar sua formação em conformidade ao que rege a legislação em vigor. Em se tratando da realidade local do estado de Alagoas, não se tem nem escolas bilíngues, nem salas de aula bilíngues e as salas de aula inclusivas não disponibilizam ensino de Libras.

Dentro deste contexto local, a Libras, ainda assim, é amplamente ofertada no

<sup>7</sup> De acordo com o Parágrafo Único do artigo 1º da Resolução CNE/CP nº 2/2002, “os alunos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga-horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas”.

campo da educação não formal, nas salas de AEE, nos centros de atendimento especializados, a exemplo do CAS, e no ensino superior, quer na modalidade de extensão, quer na forma de disciplina obrigatória em função do que estabelece a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 que a regulamenta. Além disso, ainda no âmbito do Ensino Superior, alguns cursos de bacharelado têm ofertado Libras para seus discentes como disciplina eletiva.

Considerando essa realidade alagoana, em que não há escolas bilíngues, salas de aula bilíngues, tampouco a disciplina de Libras oficialmente instituída nos espaços escolares do Estado ou dos Municípios, serão aceitos estágios realizados em espaços não escolares (públicos, privados ou do terceiro setor), desde que devidamente supervisionado por pelo menos um docente do Letras-Libras: Licenciatura da UFAL.

Por compreender que o ES não se restringe à possibilidade de formação no/para o âmbito escolar ou às atividades de ensino, sobretudo quando não há oferta da disciplina alvo do Estágio, a proposta ora apresentada para o ES envolve uma dimensão mais ampla a qual abrange diferentes práticas ligadas ao contexto escolar, como aquelas relacionadas ao planejamento, à gestão e à avaliação de propostas pedagógicas, quer na educação formal (na educação básica ou na superior), quer na não formal e mesmo na educação especializada, aqui entendida como as instâncias de apoio ao que tradicionalmente se entende por educação formal. Desta forma, o ES do Curso de Letras-Libras da UFAL poderá ser desenvolvido, desde que com uma carga horária para a vivência requerida pelo ES e que a instituição seja concedente e devidamente conveniada com a UFAL, em:

- a) Centros especializados de formação e de apoio escolar;
- b) Empresas públicas ou privadas que ofertem cursos de Libras;
- c) Escolas de Educação Básica;
- d) Instituições de Ensino Superior – na forma de ensino regular ou na extensão.

É válido pontuar que a própria legislação, a despeito da ampla dimensão que envolve o ES, prevê a flexibilidade quanto ao *locus* de realização: “[O ES nos cursos de formação inicial devem ter] “400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, **contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição**”. (CNE/CP, RES. 02/15, p. 11). [Grifos nossos].

O ES do Letras-Libras da UFAL compreenderá três etapas: a) *momento de formação teórica*; b) *momento de observação de aulas*; e c) *momento de regência*. O momento de formação teórica será realizado na sala de aula pelo professor de ES, por meio de leituras especializadas acerca da formação docente, de planejamento relativo às práticas de ensino, estudos de caso e dirigidos como forma de fortalecimento da formação dos discente e de preparo para as etapas posteriores. O

momento de observação proporcionará aos discentes o conhecimento das instituições receptoras em termos estruturais, pedagógicos e organizacionais, bem como o acesso às atividades de ensino em si. No terceiro momento, os estudantes, já conhecedores da instituição receptora, o que inclui a proposta e planejamento para o ensino da Libras, vivenciarão a regência com ministração de aulas de Libras como L1 ou L2, conforme o caso.

Importante ressaltar que esses três momentos não são estanques, tampouco isolados, uma vez que teoria e prática se retroalimentam, num processo dialético por meio do qual haverá sempre espaço para ajustes, para a construção do novo e, por fim, para uma formação consistente do futuro professor de Libras.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 define que “o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico” (p. 11).

O principal objetivo do ES é, portanto, que o graduando adquira experiência prática na sua área de formação. Conforme a Resolução nº 71/2006 do CONSUNI/UFAL, em seu Art. 3,

O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

O curso de Letras-Libras da UFAL, na modalidade presencial, objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos graduandos. Essa formação só pode ser atingida através de uma prática que viabilize formação teórica consistente, conhecimento da realidade nacional e local no que concerne à (não) oferta de Libras nos mais diversos espaços sociais, incluindo aí a escola e demais instituições educacionais. O ES, pois, tem essa importante função: articular teoria e prática, o ideal e o real, com vistas para mudanças sociais devidamente estruturadas e significativas para os cidadãos.

O ES do Curso de Letras-Libras da UFAL será coordenado por um dos docentes que compõem o corpo docente do Curso, a quem caberá o acompanhamento das atividades de Estágio. Além disso, o ES, como as demais atividades do Curso terão o apoio e assessoramento do NDE.

As demais demandas relativas ao ES, incluindo mecanismos de dispensa e diretrizes para o Relatório, serão apresentadas por meio da Resolução de ES do Letras-Libras da UFAL, a qual foi aprovada pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho da Unidade e encontra-se em anexo.

## **14.1 PROPOSTA de ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO**

### **Introdução**

A presente proposta tem como objetivo firmar nosso posicionamento legal, enquanto IES-UFAL e enquanto Curso de Letras-Libras Licenciatura, mediante ao trato das demandas técnicas, administrativas e pedagógicas no âmbito das ações e atividades referentes à modalidade do Estágio Curricular não obrigatório.

Demarcamos inicialmente que ao estágio compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações praticadas pelos sujeitos da educação, tomando a prática como ponto de partida e ponto de chegada do que se empreende nas teorizações. Sendo assim, “o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece aspectos indispensáveis para a formação, para a construção da identidade e dos saberes do dia a dia”. (PIMENTA; LIMA, 2004)

Na trilha das especificidades da modalidade do estágio não obrigatório, compreendido no âmbito do Letras-Libras como complementar à carga horária do estágio curricular regular e obrigatório, esta modalidade figura-se como possibilidade de ampliação dos espaços formativos de nossos estudantes, articulando-se, por sua vez, com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

No caso específico do Curso de Licenciatura em Letras-Libras da UFAL-Campus A.C. Simões, que tem como “realidade local o estado de Alagoas, não se tem nem escolas bilíngues, nem salas de aula bilíngues e as salas de aula inclusivas não disponibilizam ensino de Libras” (PPC, LETRAS-LIBRAS UFAL, 2016), suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado são desenvolvidas em instituições que vem desenvolvendo um trabalho educativo-pedagógico voltado à comunidade surda e/ou ao ensino de Libras.

Atualmente nosso curso desenvolve atividades de estágio curricular obrigatório, nomeadamente nas seguintes instituições: Instituto Federal de Alagoas (IFAL- Campus Maceió), Centro de Atendimento à Pessoa com Surdez (CAS) e Escola Estadual Tavares Bastos e a Escola Estadual Rotary; via celebração de convênio das instituições com a UFAL.

No que tange ao estágio curricular não obrigatório, temos estagiários (as) que realizaram, ou ainda realizam, atividade remunerada na: Hand Talk Serviços LTDA – EPPE (CNPJ 16.918.665/0001-19), Escola Municipal Jaime de Altavilla, Escola Municipal Cleto Marques Luz, Escola Municipal de Ensino Fundamental Gastone, Escola Municipal Selma Bandeira, Escola Almeida Leite, Escola Municipal Natalina Costa, Escola Municipal Maria José Carrascosa.

No caso das escolas municipais, os contratos de estágio são firmados via Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED) em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), articuladamente à UFAL.

### **Encaminhamentos Legais em torno do Estágio Não Obrigatório**

Recorreremos inicialmente ao que assinala a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que, a nível nacional, trata das concepções, normas e diretrizes para o Estágio nos mais diversos níveis e modalidades de ensino. Em seu Capítulo 1, a referida lei assinala que:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

A UFAL vem firmando convênios com instituições públicas e privadas, com a finalidade de garantir campo de estágio para os alunos, em ambas modalidades de estágio. Contudo, o estágio sem caráter obrigatório depende da solicitação das entidades conveniadas devidamente encaminhada e aprovada pelo Coordenador do Estágio de cada curso, de forma que carga horária do estágio seja de, no máximo, 30 (trinta) horas semanais.

Frente a este contexto chamamos atenção ao fato de que, define-se, conforme o Art. 3º da instrução normativa PROGRAD/ Fórum das Licenciaturas Nº 01, de 27 de setembro de 2013, que o estágio, na hipótese do § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Para além dos dispositivos legais até então referenciados, que normatizam o estágio curricular não obrigatório, também evidenciamos a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que a nível institucional, reforça o caráter de componente curricular do estágio enquanto eixo formativo nos cursos da UFAL. Sendo assim, resolve-se:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, o funcionamento dos Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

§ 2º O estágio curricular é não obrigatório quando revisto nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional, e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares.

§ 3º Os convênios referidos no § 2º serão periodicamente avaliados, ficando sua renovação condicionada ao atendimento dos objetivos didático-pedagógicos do estágio curricular.

Especificamente para a modalidade de estágio não-obrigatório, os Artigos 1º e 10º da Resolução nº 71/2006, resolvem:

§ 4º Quando tratar-se de estágio não obrigatório, será anexado ao termo de compromisso o plano de atividades cadastrado no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* no Sistema Acadêmico.

§ 2º No caso de estágio curricular não obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela Instituição Concedente;

Art. 10. O período mínimo de estágio curricular não obrigatório será de 01 (um) semestre, podendo ser prorrogado, a critério da Coordenação de Estágio do Curso, por, no máximo, 03 (três) semestres.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório não poderá exceder a 04 (quatro) semestres consecutivos, na mesma Instituição.

No âmbito do acompanhamento pedagógico do desempenho do estudante estagiário, a resolução estabelece que:

§ 1º Durante o estágio curricular não obrigatório o aluno deverá obter aprovação em disciplinas que perfaçam, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas nas quais esteja matriculado, sob pena de, não o fazendo, ser desligado do Programa de Estágio durante 01 (um) período letivo.

§ 2º Havendo recuperação do rendimento escolar com aprovação em disciplinas que compreendam 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária total das disciplinas em que esteja matriculado durante o período letivo subsequente ao desligamento, o aluno poderá retornar ao Programa de Estágio.

Conforme Art.6, Parágrafo Único, da instrução normativa PROGRAD/ Fórum das Licenciaturas Nº 01, de 27 de setembro de 2013, que disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica, “não serão consideradas atividades docentes exercidas sob a forma eventual de estágio curricular não obrigatório ou de trabalho voluntário. ” Analogamente, acrescenta-se que o estágio remunerado não será computado como possibilidade de CH referente ao aproveitamento na solicitação de dispensa ou redução do estágio supervisionado obrigatório.

No que diz respeito as atribuições e compromissos da Coordenação de estágio, assinala-se legalmente que “§ 3º A Coordenação de Estágio do curso acompanhará o desempenho acadêmico do estagiário. ”, sendo assim:

Art. 14. A orientação, a supervisão e a avaliação acadêmica do estágio curricular, em qualquer de suas modalidades, são atividades obrigatórias de responsabilidade do curso de procedência do aluno, levadas a efeito do modo compartilhado com os supervisores vinculados às Instituições Concedentes de estágio.

Ressaltamos que o referido acompanhamento dar-se-á mediante subsídio técnico e tecnológico da UFAL, na medida em que:

Art. 13. A Universidade disponibilizará em seu portal eletrônico, através do sítio do Sistema Acadêmico, um Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*, visando acompanhar e registrar as atividades acadêmico-administrativas dos estágios curriculares obrigatórios ou não obrigatórios, cujo gerenciamento será da responsabilidade da Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*.

Quanto a esfera administrativa do processo de regulação e acompanhamento das atividades no âmbito do estágio curricular não obrigatório, a instituição resolve que:

Art. 15. As atividades do estagiário somente poderão ter início após a assinatura do Termo de Compromisso pelas partes envolvidas, cabendo ao Coordenador de Estágio do Curso registrar a data correspondente no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*.

Art. 16. Junto à Pró-reitoria de Graduação – *PROGRAD/UFAL* funcionará a COMISSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR, órgão colegiado encarregado de, dentre outras atribuições, promover a discussão em torno dos estágios na Universidade, estabelecer as normas gerais para a formação de uma Política de Estágio Curricular na UFAL, bem como promover a elaboração de um Manual de Orientação de Estágio.

Frente aos dispositivos nacionais, institucionais e locais abordados neste documento e a articulação estabelecida entre os mesmos para compreender o trato dado ao estágio não obrigatório, assinalamos, por fim, que esta proposta é dinâmica e tem uma construção contínua, em virtude das mudanças do contexto no qual nosso Curso se inscreve, bem como pelas mudanças legais que por ventura aconteçam.

## **15 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

Além da integralização em aulas/atividades previstas para o Curso de Letras-Libras, é ainda condição para a finalização do curso a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que corresponde a 80 horas-aula, integralizadas na carga-horária total do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso segue a Instrução Normativa Nº 02 *PROGRAD/Fórum das Licenciaturas*, de 27 de setembro de 2013 e a Resolução Nº



02 LETRAS-LIBRAS/UFAL de TCC, a qual foi aprovada pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho da Unidade e encontra-se em anexo.

O TCC consistirá de um trabalho acadêmico inédito/original de aprofundamento teórico ou teórico-prático, elaborado pelo graduando – individualmente ou em dupla – nos formatos dispostos na Resolução supracitada, nas modalidades escrita – impressa, ou sinalizada – em vídeo, a partir do 6º (sexto) período do Curso de Letras-Libras, sendo resultado de pesquisa relacionada às seguintes áreas de estudo: Linguística, Literatura Surda, Educação e suas interfaces, realizada sob a orientação de um docente.

O docente da disciplina “Pesquisa Educacional” deverá colaborar na organização e na definição do tema do Projeto de Pesquisa do alunos devidamente matriculados na referida disciplina, no período em que estiver sendo ofertada no Curso de Letras-Libras, avaliando o desempenho dos discentes com relação aos objetivos da disciplina.

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo graduando. O professor-orientador deverá, obrigatoriamente, estar enquadrado em algum dos seguintes critérios: i) ser professor do Curso de Letras-Libras; ii) ter colaborado com o Curso de Letras-Libras; e iii) lecionar a disciplina Libras na UFAL (quaisquer campi). O aluno poderá, em comum acordo com seu orientador solicitar autorização para a colaboração de um coorientador que não se enquadre nos critérios acima ou que não seja vinculado à UFAL, desde que este apresente titulação mínima de Especialista, mediante apresentação do projeto e aprovação do Colegiado do Curso.

O professor-orientador escolherá três avaliadores para compor a Banca Examinadora. Pelo menos 1 (um) dos componentes da Banca deverá, obrigatoriamente, estar enquadrado em algum dos critérios supracitados, podendo substituir apenas 1 (um) membro da Banca por docente não vinculado à UFAL, devendo submeter os nomes dos avaliadores a referendo do Colegiado Restrito do Curso de Letras-Libras. A Banca Examinadora deverá ser integrada por membros com titulação mínima de especialista.

## **16 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS**

As atividades complementares objetivam atender outras exigências de um curso que almeja formar profissionais de ensino<sup>8</sup>. Incluem-se aí atividades de caráter científico, cultural e acadêmico que, articuladas ao processo formativo do professor, possam enriquecer essa formação. São previstas 200 horas de atividades

---

<sup>8</sup> Também em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 28/2001.

(seminários, participação em eventos científicos, monitorias, iniciação à pesquisa, projetos de ensino, estudos afins etc.), que podem ser oferecidas pelo próprio curso, por qualquer outro setor acadêmico da UFAL, ou ainda, por qualquer outra instituição de ensino superior reconhecida no país.

O graduando de Letras-Libras da UFAL, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de atividades de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares a sua qualificação profissional. No curso de Letras-Libras da UFAL, há programas de pesquisa e extensão para os graduandos: PIBIC, monitoria, mobilidade acadêmica.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo CNPQ e pela própria UFAL, é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, é voltado para o curso de graduação, como incentivo a sua formação. Privilegia a participação ativa de graduandos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada, que culminam com um trabalho final avaliado e valorizado.

Os objetivos das atividades de pesquisa previstas por esses programas estão em consonância com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), oferecido pela Faculdade de Letras, o que permite grande integração entre graduação e pós.

O Programa de monitoria, segundo a resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, é uma ação institucional direcionada à formação acadêmica do discente e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem no curso, envolvendo professores e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente. Seus objetivos são: despertar o interesse do discente pela docência; promover a melhoria do ensino; compreender a ética como princípio da formação docente; criar condições para o aprofundamento dos conhecimentos por parte do monitor, referente à disciplina/área, objeto da monitoria; auxiliar o professor em suas atividades acadêmicas.

O ingresso na monitoria do curso de Letras-Libras/UFAL ocorre por meio de processo seletivo, regido por edital interno, no qual as regras e critérios para o ingresso são definidas pelo seu corpo docente. Antes do início da monitoria, cada professor(a) orientador(a) apresenta à coordenação do programa na unidade, o plano de monitoria da disciplina, no qual constam as atividades a serem desenvolvidas pelo monitor ao longo do período de vigência do edital.

No tocante à extensão, é possível a participação, além de programas pontuais, desenvolvidos pelos professores do curso, em mais dois programas permanentes de extensão nos quais os graduandos podem desenvolver atividades a serem creditadas na sua vida acadêmica: a Casa de Cultura e Expressão Visuogestual (CCEV) e a Casa de Cultura no Campus (CCC).

A CCEV é um programa de extensão ligado à Faculdade de Letras que tem como objetivo principal estimular e difundir o estudo da Libras e a expressão cultural das comunidades de surdos a ela associada junto à sociedade alagoana. Sendo assim, são ofertados cursos de Libras em nível básico, intermediário e avançado. A CCC, por sua vez, é um programa de extensão, também ligado à FALE, que tem

como objetivo difundir o estudo da Libras entre os graduandos da Universidade Federal de Alagoas, tendo como escopo minimizar as barreiras comunicacionais imposta pelo desconhecimento da língua em questão. Para isso, são ofertados cursos de Libras em nível básico, intermediário e avançado.

Nesses programas, os graduandos e pós-graduandos em Letras, sob a devida orientação de um professor, podem participar como professor-bolsista, em regime de estágio, curricular ou não, como monitor, auxiliando o professor-titular no preparo de aulas e material didático, entre outras atividades.

Além dos projetos acima, a Universidade promove eventos que contam com a participação dos alunos. Dentre os principais, temos o Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia – CAIITE e a Bienal do Livro de Alagoas, única Bienal do Livro do Brasil organizada por uma Universidade. Há eventos de menor porte organizados diretamente pelo Curso de Letras-Libras, dentre eles destacamos o ABRALIN em Cena Libras, realizado em parceria com a Associação Brasileira de Linguística, em 2016, alcançando abrangência nacional.

## 17 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA

Além das Referências Bibliográficas que já constam do Ementário, o material produzido no Curso de Letras-Libras integrará paulatinamente a essas listas de Referências, uma vez que não dispomos de muitas publicações das áreas específicas na língua portuguesa ou na língua de sinais.

### 17.1 Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação básica

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Introdução aos Estudos Linguísticos	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h	<b>PERÍODO:</b> 1º	
<b>EMENTA</b> Introdução à teoria linguística: história e conceitos. Análise e descrição gramatical a partir dos fundamentos da Linguística Moderna. Níveis de análise linguística.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>  LYONS, J. Linguagem e Linguística. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. MARTELOTTA, M. E. (Org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008. SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>  FIORIN, J. L. et al. Linguística? Que é isso? São Paulo: Contexto, 2013. MARCUSCHI, L. A. Breve excursão sobre a linguística do século XX. In: _____ Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.		

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.  
 LEROY, Maurice. As grandes correntes da linguística moderna. Nova ed., rev. e aum. São Paulo: Cultrix, 1977.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Fundamentos da Libras	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<b>EMENTA</b>		
Fundamentação teórica acerca dos Estudos Surdos, das línguas de sinais e da Língua Brasileira de Sinais (Libras), desmistificando equívocos e refletindo sobre as propostas conceituais levantadas sobre a área de estudos.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodernir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral I. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006. GESSER, A. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. LYONS, J. Linguagem e Linguística. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. QUADROS, R. M; STUMPF, M. R; LEITE, T. A. (org.). Série Estudos da Língua Brasileira de Sinais. V. I e II. Florianópolis: Insular, 2013.		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Linguística Aplicada ao ensino de Libras	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<b>EMENTA</b>		
Visão das relações processuais entre linguagem, globalização, cultura, identidade, imagem, novas tecnologias e processos interpretativos e tradutórios da Libras, tomando como ponto de partida os estudos da Linguística Aplicada e sua transdisciplinaridade com áreas como Antropologia, Sociologia, Educação, Estudos Culturais, Novos Letramentos e Multiletramentos e Linguística Aplicada Crítica. Reflexões sobre a pesquisa na área de estudos de línguas adicionais com enfoque na Libras, considerando-se o paradigma qualitativo e ético decorrentes de		

pesquisas de cunho intervencionistas. Bilinguismo: escolas e salas bilíngues.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Linguística Aplicada, aplicação da Linguística e ensino de línguas. Anais do III Seminário de Ensino de Língua e Literatura. Porto Alegre: PUC/RS e Centro Yázig de Educação e Cultura, 1987.

FERNANDES, E. (Org.) Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. GERALDI, J. W. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GESSER, A. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. O ouvinte e a surdez: ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola, 2012.

PEREIRA, M. C. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estudos da Tradução e Interpretação	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 6º
<b>EMENTA</b>		
<p>Mapeamento dos Estudos da Tradução. Conceitos de tradução e interpretação baseados em diferentes autores. Modelos e tipos de tradução e interpretação. Reflexões teóricas e práticas sobre os conceitos de fidelidade e competência tradutória. Aspectos teóricos e práticos sobre a atividade tradutória como um processo de tomada de decisão. Papel e prática do tradutor intérprete. Problemas e estratégias de tradução e interpretação.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ARROJO, R. Oficina de tradução: a teoria na prática. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2003.</p> <p>AUBERT, F. H. As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.</p> <p>JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 2010.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p. 51-84.</p> <p>PEREIRA, M. C. P. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. Cadernos de Tradução, ISSN 2175-7968, Florianópolis, 2008.</p>		

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

ROSA, A. S. Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete. Campinas: [206], 2005.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Metodologia Científica	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<b>EMENTA</b>		
<p>As ciências e o conhecimento científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos acadêmicos.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CARVALHO, M. C. M. de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1994.          IDE, P. A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.          GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.          SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003a.          _____. NBR 6027: informação e documentação: sumário – apresentação. Rio de Janeiro, jan. 2013.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Português como L2	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<b>EMENTA</b>		

Prática de leitura e produção de textos em português como L2, com ênfase nos aspectos de organização linguística. Desenvolvimento de estruturas básicas da língua portuguesa e uso do português em situações formais e informais.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.  
 MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.  
 MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CITELLI, A. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 1991.  
 DIONÍSIO, Â. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.  
 MARCUSCHI, L. A. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". In: DIONÍSIO, Â. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.  
 ANTUNES, Irandé. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.  
 KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2003.  
 KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Tecnologias da Informação e AVA	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<b>EMENTA</b> Softwares e outros aparatos tecnológicos no ensino e na produção em língua de sinais, bem como suas técnicas e normas de produção, registro e edição de vídeos em libras.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, abr. 2011a. LEVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b> REILY, L. Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação: Campinas, São Paulo, Papyrus, 2004.		

LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Editora 34 – São Paulo, 1999.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Aquisição da Linguagem	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<b>EMENTA</b>		
<p>Estágios de desenvolvimento linguístico na criança. Cognição e linguagem. Natureza do conhecimento linguístico na criança. Universalidade e uniformidade na aquisição da linguagem. O papel da experiência na aquisição. Estudos das metodologias em aquisição de linguagem. Aquisição de parâmetros sintáticos em Língua de sinais comparada às línguas orais.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>GROLLA, Elaine; SILVA, M. C. F. Para conhecer aquisição da linguagem. São Paulo: Contexto, 2014.          SCARPA, Ester. Aquisição de linguagem. In: MUSSALIN, F; BENTES, Anna C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v.2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 203-232.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>CHOMSKY, Noam. O conhecimento da língua. Lisboa: Caminho, 1986 [1994].          DEL RÉ, A. et al. Aquisição de linguagem: uma abordagem psicolinguística. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.          KAIL, Michèle. Aquisição de linguagem. São Paulo: Parábola, 2013. PAIVA, V. L. M. O. Aquisição de segunda língua. São Paulo: Parábola, 2014.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estudos Linguísticos: Fonologia e Morfologia	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<b>EMENTA</b>		
<p>Fonética Articulatória. Relação entre fonética e fonologia. Introdução à descrição e análise fonológica na Libras. Processos fonológicos básicos na Libras. Estrutura e formação de palavras na Libras. Análise morfológica na Libras. Classes de palavras na Libras. Variação linguística em Libras.</p>		



**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SEARA, I. C.; NUNES, V. G.; LAZAROTTO-VOLCÃO. Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHWINDT, L. C. (Org.). Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2014.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

PEREIRA, M. C. C. et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; KOCH, I. V. Linguística aplicada ao português: morfologia. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estudos Linguísticos: Sintaxe e Semântica.	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 3º

**EMENTA**

Constituintes sentenciais. A relação núcleo, argumentos e adjuntos. A sintaxe espacial na Libras. Expressões não manuais como componente sintático na Libras. Significação e significado. Fenômenos semânticos e referencialidade (implicações, sinonímia e paráfrase, antonímia e contradição, anomalia, dêixes e anáfora, ambiguidade e vagueza).

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

CANÇADO, M. Manual de semântica: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

ILARI, R.; GERALDI, J. W. Semântica. 11. ed. Ática, 2006.

MIOTO, C. et al. Manual de Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, M. C. C. et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
-------------	---	-------------------------------------

<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h	<b>PERÍODO:</b> 1º
<b>EMENTA</b>	
Prática de leitura e produção de texto, de diversos gêneros, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.	
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>	
KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.	
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.	
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>	
CITELLI, A. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 1991.	
DIONÍSIO, Â. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.	
MARCUSCHI, L. A. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". In: DIONÍSIO, Â. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.	
ANTUNES, Irandé. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.	
KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2003.	
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.	

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Tópicos em Cultura e Sociedade	<b>NÚCLEO:</b> Formação Básica (FB)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<b>EMENTA</b>		
O debate entre o natural e o social na constituição do ser humano (Cultura e Diversidade Cultural; Funções da Cultura; Cultura e Corpo; Língua e Cultura; Aculturação; Subcultura; Etnia). Grupos Sociais (Grupos étnicos; Grupos religiosos; Categorias sócio-demográficas; Comunidades de práticas; Identidades). Socialização. Mudança Social. Indústria Cultural e Cultura de Massa. Preconceito e Intolerância. Estereótipos. Etnocentrismo. Minorias Sociais (Ações afirmativas; A questão do sexo/gênero; Mulheres/feminismo; A questão indígena; Questões afro-brasileiras). Cidadania e Direitos Humanos. Direitos da Criança e Adolescente. Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas		

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

COSTA, C. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

LARAIA, R. Cultura: um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VILA NOVA, S. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 2004.

ROCHA, E. O que é Etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAMATTA, R. Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

CHAUI, M. O que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1980

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GARCIA, R. L. (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

GARCIA CANCLINI, N. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade, RJ: EDFRJ, 2005.

MUNANGA, K. (org.) Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. SP:EDUSP, 1996.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro, SP: Cia das Letras, 2006.

CARVALHO, J. J. Inclusão étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005 .

STWART, H. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 10ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005 – pp 7 -22.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. (diversas edições).

## 17.2 Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação específica

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Libras 1 - Básico	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<b>EMENTA</b>		
Introdução à comunicação visual. Iniciação à produção em Libras: soletração, uso de numerais e cumprimentos. Descrição básica de pessoas e ambientes. Narrativas pessoais curtas. Introdução aos recursos gramaticais da Libras: o corpo		

e o espaço. Classificadores básicos. Construções negativas e interrogativas em Libras. Uso dos pronomes pessoais, possessivos e relativos (quem e quanto).

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GESSER, A. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.  
 FELIPE, T. Libras em Contexto (exemplar do aluno) – MEC – 2001. PEREIRA, M. C. C. et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.  
 QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Libras 2 - Pré-intermediário	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<b>EMENTA</b>		
<p>Descrição elaborada de pessoas e ambientes. Narrativas pessoais elaboradas. Recursos gramaticais da Libras: uso do corpo e do espaço na construção de referentes. Diferentes tipos de classificadores. Coarticulação da datilologia e numerais. Organização conversacional em Libras: formas de marcação de turnos de fala.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.          FERREIRA BRITO, Lucinda. Por uma gramática línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Libras 3 - Intermediário	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<b>EMENTA</b>		
<p>Produção, compreensão e reconto de textos narrativos em Libras, com exploração dos papéis e cenários (pessoa, tempo e espaço), por meio do uso da ação construída e de classificadores, tendo como foco contextual a <i>diversidade étnico-racial e religiosa</i>. Uso de expressões não manuais como recurso gramatical em Libras. Introdução ao uso de boias no discurso.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos</p>		

<p>linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.  MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. Língua e gesto em línguas sinalizadas. Veredas online – Atemática – 1/2011, p. 289-304 – PPG linguística/UFJF – juiz de fora - ISSN 1982-2243</p>
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p> <p>LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. de; TESKE, O. (Orgs.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p>

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Texto e Discurso em LS	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Gêneros textuais expositivo-argumentativos sobre: <i>meio ambiente, questões étnico-raciais e indígenas do Brasil</i> e temáticas da atualidade. Recursos argumentativos em Libras (comparação, causa e consequência, discurso de autoridade, enumeração, dedução, indução, exposição de dados concretos). Texto e discurso e atividades de tradução e interpretação.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p> <p>MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.  CITELLI, A. Linguagem e persuasão. Série princípios. São Paulo: Ática, 2005.  KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 2011.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p> <p>FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto: Curso Básico. Manual do estudante/cursista: Brasília: MEC/SEESP, 2001.  FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto: Curso Básico. Manual do professor/instrutor. Brasília: MEC/SEESP, 2001.  FIORIN, J. L. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2015.  MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SEF, 2001.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Escrita de Sinais 1	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Sistemas de escrita e suas construções. O papel da escrita na construção social e nos estudos linguísticos. Introdução ao sistema <i>Signwriting</i> - Leitura e produção. Estudo de expressões literárias da cultura surda.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p>		

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito. In: RODRIGUES, C.; TOMITCH, L. B. Linguagem e cérebro humano: contribuições multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.  
CHARLES, H. História Concisa da Escrita. São Paulo: Parábola, 2003.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.  
ESTELITA, M. Elis – Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007.  
HESSEL, C.; ROSA, F.; KARNOPP, L. Cinderela Surda. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.  
KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. Educação infantil para surdos. In: KATO, M. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1998.  
SUTTON, Valerie. SignWriting: manual. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2013.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Escrita de Sinais 2	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<b>EMENTA</b>		
<p>Aprofundamento de estudos sobre processo de aprendizagem da leitura e escrita de sinais. Relação de comparação entre códigos escritos e a escrita de sinais. Produção de textos escritos em língua de sinais. Atividades práticas didático-pedagógicas tendo a temática Direitos Humanos, como componente interdisciplinar.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.</p> <p>MAN, J. A história do alfabeto: como 26 letras transformaram o mundo ocidental. Tradução de Edith Zonenschain. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.</p> <p>SUTTON, Valerie. SignWriting: manual. Disponível em: &lt;www.signwriting.org&gt;. Acesso em: 22 nov. 2013.</p> <p>BARRETO, M.; BARRETO, R. Escrita de sinais sem mistérios. 2. Ed. Salvaor, v.1: Libras Escrita, 2015.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>GIORDANI, L. F. “Quero escrever o que está escrito nas ruas”: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.</p>		

HIGOUNET, C. História concisa da escrita. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.  
 KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, E. D.; STEYER, V. E. (Org.). A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas: ULBRA, 2001.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Literatura Surda 1	<b>NÚCLEO:</b> Formação Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h	<b>PERÍODO:</b> 2º	
<b>EMENTA</b>		
<p>Concepção de literatura e seu ensino. Aspectos gerais da literatura. Processos de hibridização dos gêneros na literatura. Características da literatura surda. Tradução literária para a Libras. Produção, registro, consumo e ensino da literatura surda. Práticas pedagógicas direcionadas à formação do docente de literatura surda.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ARANTES, Valéria Amorin (Org.). Humor e alegria na educação. São Paulo: Summus, 2006.        CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. Vários escritos. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.        MOURÃO, Cláudio H. N. Literatura surda: produções culturais de surdos em língua de sinais. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. VÍDEOS DE LITERATURA EM Libras. Disponível em: . Acesso em: 10 dez. 2014.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>AZEVEDO, Ricardo. O livro das palavras. Belo Horizonte: Formato, 1993.        LEBEDEFF, Tatiana B. Reflexões sobre adaptações culturais em histórias infantis produzidas para a comunidade surda. In: ORMEZZANO, G.; BARBOSA, M. (Org.). Questões de Intertextualidade. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 179-188.        ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Literatura Surda 2	<b>NÚCLEO:</b> Formação
-------------	---------------------------------------	-------------------------

		Específica (FE)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<b>EMENTA</b>		
Diferentes tipos de produção literária em sinais: histórias visualizadas, o conto, as piadas, as poesias. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Exploração visual e espacial das diferentes narrativas. As narrativas surdas: redescoberta da produção literária surda.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ARNHEIM, R. Arte e percepção visual. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980. HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane; SALES, Heloisa M. Artes visuais da exposição à sala de aula. São Paulo: EDUSP, 2005. LOWENFELD, V.; BRITAIN, W.L. Desenvolvimento da capacidade criadora. São Paulo: Mestre Jou, 1977. PILLAR, Analice Dutra (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999.		

### 17.3 Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação pedagógica

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Profissão Docente	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 1º
<b>EMENTA</b>		
A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como <i>locus</i> do trabalho docente. Profissão docente e legislação.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1992. COSTA, M. V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto Alegre: Sulina, 1996. ESTRELA, M. T. (Org.). Viver e construir a profissão docente. Porto: Porto, 1997.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
ARROYO, Miguel. Ofício de mestre. São Paulo: Vozes, 2001.		



FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.  
 LESSARD, C.; TARDIF, M. O trabalho docente. São Paulo: Vozes, 2005.  
 NÓVOA, A. (Org.). Vidas de Professores. Porto: Porto, 1992.  
 TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Desenvolvimento e Aprendizagem	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p> <p>FERREIRA, M. G. Psicologia Educacional: análise crítica. São Paulo: Cortez, 1987.        QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p> <p>BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1988.        CAPRA, F. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982. 14        GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987.        LIBÂNEO, J. C. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Política e Organização da Educação Básica no Brasil	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 2º
<p><b>EMENTA</b></p> <p>A Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da</p>		

estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AGUIAR, M. A. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9.394/96

(apresentação Carlos Roberto Jamil Cury). 4. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

FÁVERO, O. (Org.). A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). 2. ed.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República. 2003.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VERÇOSA, E. de G. (Org.). Caminhos da educação da colônia aos tempos atuais. Maceió: Catavento, 2001.

Campinas: Autores Associados, 2001.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 4º
<b>EMENTA</b>		
<p>Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BRZEZINSKI, I. (Org). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>COSTA, M. V. (Org). O currículo nos limiars do contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&amp; A, 1999.</p> <p>ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998. (Guia da Escola Cidadã v.2).</p> <p>SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez; Autores associados, 1992.</p>		

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Resoluções CNE/CEB nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1998; nº 3/98 de 26.06.98; nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1999; nº 3/99 de 03.04.2002.

GADOTI, M. Projeto Político Pedagógico da Escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Autonomia da escola: princípios e propostas. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. p. 33-41.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Tradução de Cláudia Shilling. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SAUL, A. M. Avaliação Emancipatória. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 5º
<b>EMENTA</b>		
<p>A Escola como organização social e educativa. As Instituições escolares em tempos de mudança. O planejamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e operacionalização. Concepções de organização e gestão do trabalho escolar. Elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Princípios e características da gestão escolar participativa. A participação do professor na organização e gestão do trabalho da escola.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, M. A. Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico. v.3. São Paulo: ENESP, 1999.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.</p> <p>VASCONCELOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Org). Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). As dimensões do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 2001.</p> <p>VIEIRA, S. L. (Org.). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002.</p>		

LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001.  
 PETEROSKI, H. Trabalho coletivo na escola. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Pesquisa Educacional	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b> 6º
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Reflexão a respeito dos processos de pesquisa na área da Libras, considerando os principais modelos quantitativos e qualitativos de seleção, recolha e análise de dados. Formação do professor-pesquisador em Libras por meio da construção lógica de um trabalho de pesquisa na área. Aprendizado da escrita acadêmica envolvendo as principais partes de um projeto e suas características.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p> <p>BICUDO, M.; SPOSITO, Vitória. Pesquisa qualitativa em educação. Piracicaba: UNIMEP, 1994.</p> <p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>LAVILLE, C.; DIONNE, J. Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Editora da UFMG, 1999.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p> <p>FRANCO, C.; KRAMER, S. Pesquisa e educação. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.</p> <p>GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.</p> <p>GATTI, B. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>ZAGO, N; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. (Org.). Itinerários de pesquisa. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.</p>		

	<b>DISCIPLINA:</b> Metodologia de Ensino da Língua Brasileira de	<b>NÚCLEO:</b> Formação
--	--	-------------------------

	Sinais	Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 72h		<b>PERÍODO:</b> 6º
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Discussão acerca de aspectos metodológicos direcionados ao ensino da língua de sinais por meio do contexto e textualização em sinais articulada com o uso da língua e da prática da análise linguística. Elaboração de propostas para o ensino de língua de sinais a partir da diversidade textual sinalizada: análise dos aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b></p> <p>DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, C. (Org). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1.</p> <p>LUJÁN, M. A. “As crianças surdas adquirem sua língua”. In: MOURA, M.C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C. C. (Org.). Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993. (Série de Neuropsicologia, 3).</p> <p>POKER, R. B. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional. 2001. 363 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.</p> <p>DENNIS, Cokely. BAKER-SHENK, Charlotte. American Sign Language: A teacher's resource text on curriculum, methods, and evaluation. Washington: Gallaudet University Press, 1994.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b></p> <p>H; VANDRESEN, P. Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.</p> <p>KARNOFF, L. B. Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da Libras: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de; MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, jul. 2001.</p> <p>SÁ, N. R. L. de. Educação de surdos: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.</p> <p>GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola, 2012.</p>		
<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 1	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)

<b>CARGA HORÁRIA:</b> 100h	<b>PERÍODO:</b> 5º
<b>EMENTA</b>	
<p>Estágio supervisionado: legislação vigente. Concepções de estágio supervisionado no âmbito acadêmico e formação docente. Tipos de estágio. Observação no campo de estágio: procedimentos e objetivos. Observação e relato de práticas pedagógicas de Libras como L2.</p>	
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>	
<p>GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p> <p>PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.</p> <p>PIMENTA, G. S.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2005.</p>	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>	
<p>ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (Orgs.) Estágios supervisionados na formação docente: Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>GESSER, A. Metodologia de ensino de Libras como L2. Material desenvolvido para o curso Letras-Libras em EaD. Florianópolis: UFSC, 2010.</p> <p>VENTURI, Maria Alice. Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados. São Paulo: Contexto, 2006.</p>	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>	
<p>BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2011. v. 1.</p> <p>SOARES, Maria Aparecida leite. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, EDUSF, 1999.</p>	

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 2	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 100h	<b>PERÍODO:</b> 6º	
<b>EMENTA</b>		
<p>Teoria e prática de ensino de segunda língua. Metodologias para o Ensino de L2. Ensino de Libras a partir de textos. Organização de sequência didática para o Ensino de Libras como L2. Análise de material didático para ensino de Libras L2. Prática de Ensino de Libras como L2.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2005.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

GESSER, A. Metodologia de ensino de Libras como L2. Material desenvolvido para o curso Letras-Libras em EaD. Florianópolis: UFSC, 2010.

NOVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: D. Quixote, 1992.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 3	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 100h		<b>PERÍODO:</b> 7º
<b>EMENTA</b>		
<p>Ensino de Libras como L1: diferentes perspectivas. Saberes necessários ao professor de Libras como L1: concepções de linguagem, de língua e de texto. Ensino de Libras a partir de textos. Observação do campo de estágio: procedimentos e objetivos. Observação e relato de práticas pedagógicas de Libras como L1. Preparação e regência de microaulas de Libras L1.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L.B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

PEREIRA, M.C. da C. (org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

	<b>DISCIPLINA:</b> Estágio Supervisionado 4	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 100h	<b>PERÍODO:</b> 8º	
<b>EMENTA</b>		
Teoria e prática de ensino de primeira língua. Metodologias para o Ensino de L1. Estratégias para Ensino de Libras como L1. Ensino de Libras a partir de textos. Organização de sequência didática para o Ensino de Libras como L1. Análise de material didático para ensino de Libras L1. Prática de Ensino de Libras como L1.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
LIMA, M.S.L. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.		
PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.		
TARDELLI, M. C. O ensino de língua materna: interações em sala de aula. São Paulo: Editora Cortez. 2002.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.		
CARVALHO, M.B. de O. Aprendendo e construindo a docência: estágio na sala de aula. In: ANAIS DA SEMANA DE HUMANIDADES UFC/UECE. 8a: 2011. Fortaleza, Ceará. Humanidades: entre fixos e fluxos. Disponível em: <a href="http://www.repositoriobib.ufc.br/000014/0000140_3.pdf">http://www.repositoriobib.ufc.br/000014/0000140_3.pdf</a>		
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2009.		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Projetos Integradores 1	<b>NÚCLEO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 40h	<b>PERÍODO:</b> 1º	



**EMENTA**

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso, bem como temáticas relacionadas ao meio ambiente e outras temáticas transversais.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Atividades Práticas de Extensão – APEX 1, 2, 3 e 4	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 50h		<b>PERÍODO:</b> 5º, 6º, 7º e 8º
<b>EMENTA</b>		
Atividade <i>prática e de extensão</i> atrelada a duas disciplinas de 54h (obrigatória e/ou eletiva).		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> CriaLibras 1	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b> 3º
<b>EMENTA</b>		
Levantamento de materiais didáticos em Libras nas escolas-polo locais. Produção de materiais didáticos em Libras voltados para as práticas de ensino na Educação Básica (Ensino Fundamental II e Ensino Médio), tendo como referência a prática como componente curricular.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.		
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.		
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.		
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Estudante. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> CriaLibras 2	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
-------------	---------------------------------	---------------------------------------

<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h	<b>PERÍODO:</b> 4º
<p><b>EMENTA</b> Produção de material didático em Libras voltados para o ensino de Libras como L1, como L2 e para o ensino de Português como L2 na modalidade escrita para surdos, tendo como a temática dos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas como elemento interdisciplinar e tomando-se a prática como componente curricular.</p>	
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> PEREIRA, M. C.da C. et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Peason, 2011. GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: processos e projetos pedagógicos. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. V. 1. SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. V. 2.</p>	
<p><b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b> BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata . 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. FIGUEIRA, A. dos S. Material de apoio para o aprendizado de Libras. São Paulo: Phorte, 2011. GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola, 2012.</p>	

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> CriaLibras 3	<b>EIXO:</b> Formação Pedagógica (FP)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h	<b>PERÍODO:</b> 5º	
<p><b>EMENTA</b> Produção de material didático em Libras voltados para o ensino de Libras como L1, como L2 e para o ensino de Português como L2 na modalidade escrita para surdos, tendo como temática o meio ambiente, questões étnico-raciais e indígenas do Brasil e temáticas da atualidade, compreendidas como elemento interdisciplinar e tomando-se a prática como componente curricular.</p>		
<p><b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> PEREIRA, M. C.da C. et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Peason, 2011. GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: processos e projetos pedagógicos. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. V. 1.</p>		

SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. V. 2.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola, 2012.

### **17.4 Ementas e bibliografia das disciplinas do núcleo de formação optativa/eletiva**

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Educação Bilíngue e Escrita de L2 para Surdos	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos de Bilinguismo e Educação Bilíngue. Atitudes do ser bilíngue. Práticas de educação bilíngue. Estudos acerca da escrita do Português para surdos.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org). Transculturalidade, Linguagem e Educação. Campinas: Mercado das Letras.</p> <p>FERNANDES, E. (Org). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; TESKE, O. (Org). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>CAGLIARI, L. C. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 2002.</p> <p>DAVID, A. M. F. As concepções de ensino-aprendizagem do Projeto Político-Pedagógico de uma escola de educação bilíngue. São Paulo, 184, p. 2007.</p> <p>GIORDANI, L. F. “Quero escrever o que está escrito nas ruas”: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.</p> <p>HEYE, J.; SAVEDRA, M.. Dimensões de bilinguismo e bilingualidade na aquisição formal da L2. Revista Palavra, n. 3. Rio de Janeiro. Departamento de Letras, PUC-Rio, 1995, p. 78-96.</p> <p>MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 3, n. 5, ago. 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Teoria da Educação e Estudos Surdos	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>História da surdez e dos surdos. Relações históricas entre a educação e a escolarização. A comunidade surda: organização política, linguística e social. Os movimentos surdos locais, nacionais e internacionais. Educação dos surdos e família: os pais ouvintes e os pais surdos. O diagnóstico da surdez. As relações estabelecidas entre a família e a criança surda. O impacto na família da experiência visual. A língua de sinais e a família com criança surda. A formação da identidade da criança surda filha de pais ouvintes. Atividades de prática como componente curricular. Multiculturalismo e Surdez.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2011. v. 1. 207p</p> <p>SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.</p> <p>SKLIAR, Carlos. Educação &amp; exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.</p> <p>DORZIAT, A. (Org.) Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>LUNARDI, Márcia Lise. Família e escola: uma dobradiça no processo de normalização da criança surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.</p> <p>SÁ, Nídia Regina Limeira de, Cultura, Poder e Educação de Surdos. Manaus: INEP, 2002.</p> <p>SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.</p> <p>SANCHES, Carlos M. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>THOMPSON, Kenneth. Estudos Culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa Maria. (Org.). Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação. Canoas: ULBRA, 2005.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Sociolinguística	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Língua e Norma. Escrita e Oralidade. Variação e Mudança Linguística. Sociolinguística Quantitativa. As “Ondas” da Sociolinguística Variacionista. Sociolinguística e Estilo.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BELINE (MENDES), R. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto.</p> <p>CHAGAS, P. A mudança linguística In: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto. Várias Edições.</p> <p>FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. Linguística da Norma. São Paulo: Loyola.</p> <p>LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>ALMEIDA, D. Estilo e Autoria. In: Análise Forense de Autoria Textual: Estilos Sociais e Individuais. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.</p> <p>CAMACHO, R. G. “Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolinguística.” DELTA, vol. 26(1), 141–162, 2010.</p> <p>MOLLICA, M.C.; Braga, M.L. (orgs). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>TARALLO, F. (1985) A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática.</p> <p>MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. Fala e Escrita. MEC, CEEL. S.d.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BAGNO, M. Preconceito linguístico: <i>o que é, como se faz</i>. São Paulo: Loyola. Várias edições.</p> <p>_____. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. Veredas, revista de estudos linguísticos. Juiz de Fora, v.5, n. 2,.</p> <p>CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero. In: OSTERMANN, A.C; FONTANA, B. (orgs.). Linguagem. Gênero. Sexualidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>WEIREINCH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança. São Paulo: Parábola, 2007.</p> <p>GUY, G. R.; ZILLES, A. Sociolinguística quantitativa. São Paulo: Parábola, 2007.</p>		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Pragmática	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
-------------	-------------------------------	---

<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h	<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>	
Princípios da análise pragmática. Língua em uso. Máximas conversacionais. Inferências. Pressupostos e Subentendidos. Enunciação e Dêixis. Atos de Fala.	
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>	
AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Palavras e ações (várias edições).	
FIORIN, José Luiz. Pragmática. In: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto.	
_____. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto.	
LEVINSON, S. C. Pragmática. Martins Fontes, 2007.	
NASCIMENTO, V. F.; TEIXEIRA, M. Introdução à Linguística da Enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>	
ALMEIDA, D; GOMES JR. E.; MARIANO, C. Análise de folhetos distribuídos por vendedores de doces em semáforos da cidade de São Paulo. Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - Ano 04 n.09 - 2o Semestre de 2008. ISSN 1807-5193.	
ARMENGAUD, F. A Pragmática. São Paulo: Parábola, 2006.	
POSSENTI, S. (1998). Os humores da Língua. Análises linguísticas de piadas. São Paulo: Mercado das Letras.	
SEARLE, J. R. (1984). Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra, Almedina.	
BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. Várias Edições.	

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Teoria e Análise Semiótica dos Textos e dos Discursos.	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h	<b>PERÍODO:</b>	
<b>EMENTA</b>		
Fundamentos teóricos e epistemológicos da Semiótica Discursiva. O Percorso gerativo do sentido. Análise prática de textos literários e não literários. Introdução à Semiótica Tensiva. Semiótica Visual.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALMEIDA, D. Semiótica da poesia: estudo de poemas de Paulo Henriques Britto. Mestrado em Linguística – USP, São Paulo, 2009.		
BARROS, Diana. Estudos do discurso. In: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística II:		

princípios de análise. São Paulo: Contexto.

BARROS, D.L.P. Teoria do discurso: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas.

BERTRAND, D. (2003). Caminhos da semiótica literária. Trad. Grupo CASA. Bauru, Edusc.

FIORIN, J. L. (2005). Elementos de Análise do Discurso. 13ª. ed. rev. amp. e at. São Paulo, Editora Contexto.

LOPES, I. C. & HERNANDES, N.(orgs). Semiótica : objetos e práticas. São Paulo: Contexto, 2005

PIETROFORTE, A. V. S. Semiótica Visual: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto.

TATIT, L. (2001). "Abordagem do texto" in: Introdução à linguística I, São Paulo, Contexto.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DISCINI, N. 2013. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1979.

FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. (2001) Tensão e significação, São Paulo, Humanitas / Discurso Editorial.

LOPES, I. C.; ALMEIDA, D. C. de (orgs.). Semiótica da Poesia: exercícios práticos. São Paulo: Annablume, 2011.

TATIT, L. (2001). Análise semiótica através das letras, São Paulo, Ateliê Editorial.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Escrita Acadêmica.	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
Linguagem Acadêmica. Elementos Essenciais dos Diferentes Gêneros Acadêmicos (Projeto de Pesquisa, Artigo, Tese, Dissertação, Resumo, etc.). Normalização e Normatização dos Trabalhos Acadêmicos.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.		
CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.		
MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. Redação de artigos científicos. São Paulo: Atlas, 2016.		

MEDEIROS, J. B. Redação Científica. São Paulo: Atlas, 2014.  
 MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual da Universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MACHADO, A. C. et. al. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2015.  
 SEVERNO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.  
 BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Contexto, 2016.  
 FIORIN, J. L. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2015.  
 SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J.L. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 2007.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Surdocegueira e Escolarização	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA: 54</b>		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos e classificações em Surdocegueira no Brasil e no mundo. A Surdocegueira Congênita. Principais etiologias da surdocegueira. Surdocegueira Adquirida; Formas de comunicação com surdocego; O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a pessoa com surdocegueira. A abordagem sócio histórica e o processo da escolarização da pessoa com surdocegueira no contexto da inclusão escolar.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>AMARAL, I., Comunicação com crianças surdocegas. In Cadernos de Educação da Infância, Lisboa, nº.44, p. 8-11, Out./Nov./Dez.1997.</p> <p>ANDERSSON, Evabritt; ROEBROE, Inger. Avaliação e criação de planos individuais para alunos com surdocegueira / tradução Maria Inês Petersen. São Paulo: Grupo Brasil, 2011.</p> <p>BLAHA, Robbie. Calendários: para alunos com deficiência múltipla incluindo surdocegueira. tradução Lilia Giacomini, Marcia Maurilio Souza, Shirley Rodrigues Maia. São Paulo: Grupo Brasil, 2011.</p> <p>BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes; MESQUITA, Sandra Regina Stanziani Higino; MAIA, Shirley Rodrigues. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla, - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 5.</p> <p>CADER-NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel; MAIA, Shirley Rodrigues. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. 4. ed. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP; Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:</p>		



[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) <http://>

CADER-NASCIMENTO; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Descobrimo a surdocegueira. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

CANDAU, Vera Maria. (Org.) Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

CAMBRUZZI, R. de C. S.; COSTA, M. P. R. da. Síndrome de Usher: Considerações Gerais. Um estudo de caso. III Encontro de pesquisa em educação especial no Brasil/região sudeste. Educação: Direito ou Serviço? Belo Horizonte: MG, 2005.

CAMBRUZZI, R. de C. S., Análise de uma experiência de atitudes comunicativas entre mãe e adolescente surdocega: construção de significados compartilhados. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2007.

CASTRO, Adriano Monteiro [et al.] Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo, 2003.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Educação Inclusiva e Surdez	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA: 54</b>		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b> História do movimento inclusivo no mundo e no Brasil. Os marcos legais da educação inclusiva. A comunidade surda no Brasil e o conformismo e resistência diante da proposta da educação inclusiva. As políticas vigentes e a Educação Inclusiva para Surdos. O papel do intérprete educacional no contexto da escola regular. O contributo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo da inclusão escolar do aluno surdo.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> BRASIL, LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: < <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l1043.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l1043.htm</a> >. _____, Declaração de Salamanca – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Disponível em: < <a href="http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf">www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf</a> > _____, Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: < <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm</a> > COSTA, V.A. (org.) Formação e pesquisa: articulação na educação inclusiva. Niterói: intertexto, 2015. LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (org.) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.		

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COSTA, V.A. [et al.] (orgs.) Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva. Niterói: Intertexto, 2011.

DOZIART, A. (org.) Estudos Surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FABRIS, E.T.H.; KLEIN, R.R. (orgs.) Inclusão e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ORRÚ, S.E. (org.) Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 2013.

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> A prática da tradução e interpretação em Libras	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h Teórica 16h – Prática 38h		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
Papel e prática do tradutor intérprete. Problemas e estratégias de tradução e interpretação. Reformulação na interpretação. Efeitos de modalidade na prática de tradução e interpretação.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
LIMA, N. de. O processo de reformulação na interpretação simultânea. In Acta Científica: UNASP. Volume 21, número 1, Janeiro-Abril de 2012. Imprensa Universitária Adventista, 2012.		
PEREIRA, M. C. P. Interpretação interlíngue: as especificidades da interpretação de língua de sinais. Cadernos de Tradução, ISSN 2175-7968, Florianópolis, 2008.		
RODRIGUES, C. H. Efeitos de modalidade no processo de interpretação simultânea para a língua de sinais brasileira. In Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v. 10, n. 19, 2012.		
ROSA, A. S. Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete. Campinas: [206], 2005.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
ARROJO, R. Oficina de tradução: a teoria na prática. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2003.		
AUBERT, F. H. As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.		
CAMPOS, G. O que é tradução. Brasiliense, 2004.		
OUSTINOFF, M. Tradução: história, teorias e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.		

<b>COD:</b>	<b>DISCIPLINA:</b> Aspectos fisiológicos da surdez e linguagem	<b>NÚCLEO:</b> Formação Optativa/Eletiva (FO/E)
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 54h Teórica 40h – Prática 14h		<b>PERÍODO:</b>
<b>EMENTA</b>		
Anatomofisiologia da audição. Desenvolvimento auditivo da criança. Definição, tipos e graus de surdez. Saúde auditiva sob a perspectiva do bilinguismo. Anatomofisiologia da linguagem.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>LENT, Roberto. Cem Bilhões de Neurônios: Conceitos Fundamentais de Neurociência. São Paulo: Atheneu, 2005.</p> <p>MOMENSOHN-SANTOS, Teresa Maria; RUSSO, Iêda Chaves Pacheco. Prática da Audiologia Clínica. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MURDOCH, B. E. Desenvolvimento da Fala e Distúrbios da Linguagem. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.</p> <p>OLIVEIRA, Rui de. Neurolinguística e o Aprendizado da Linguagem. 6ªed. Catanduva: Respel, 2005.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ARROJO, R. Oficina de tradução: a teoria na prática. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2003.</p> <p>AUBERT, F. H. As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.</p> <p>CAMPOS, G. O que é tradução. Brasiliense, 2004.</p> <p>OUSTINOFF, M. Tradução: história, teorias e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.</p>		

## 18 REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I e II**. Campinas: Pontes, 1988.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96 / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei no 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
- \_\_\_\_\_. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no 9394/96**. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/reforma/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2008.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares para os cursos de Letras. **Parecer CNE/CES 492/2001a**.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 28/2001b**.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 1363/2001c**.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2**, de 19 de fevereiro de 2002a.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 18**, de 13 de março de 2002b.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1**, de 18 de fevereiro de 2002c.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CALVET, Louis-Jean. **Las políticas lingüísticas**. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MAURICIO, A.C.L.. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (libras) Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas**. 2 vol. Editora EDUSP, 2013

- CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 17, 1991.
- FELIPE, Tanya Amara. Políticas públicas para a inserção da Libras na educação de surdos. In: **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, n. 25, jan/jun 2006. Rio de Janeiro: INES, 2006.
- FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação a Distância**: o estado da arte. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.
- FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). **Língua e literatura**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2003.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. p 33-41.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- GREGORY, Michael; CARROLL, Susanne. **Language and situation**: language and society. London, UK: Western Printing Services Ltd, 1978.
- GOLDFELD, M. A. **Criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.
- HAGÈGE, Claude. **Halte à la mort des langues**. Paris: Ed. Odile Jacob, 2001
- KRAMSCH, Claire. **Context and Culture in Language Teaching**. Oxford: OUP, 2000.
- LAZAR, Gillian. **Literature and Language Teaching**. Cambridge. CUP, 1993.
- LICERAS, J.M. **La adquisición de las lenguas extranjeras**. Madrid, Visor, 1992, p. 143-152.
- LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARTIN, Robert. *Para entender a linguística*: epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003. p. 161-180.
- MASON, R.; KAYE, A. R. (Eds). **Mindweave**: communication, computers and distance education, Oxford, Pergamon Press, 1989.
- MEC. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/seb](http://www.portal.mec.gov.br/seb)>.
- PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- QUADROS, R. M.; PATERNO, U. Políticas linguísticas: o impacto do decreto 5626 para os surdos brasileiros. In: **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, n. 25, jan/jun 2006. Rio de Janeiro: INES, 2006.
- RIVENC, Paul. **Pour aider à communiquer dans une langue étrangère**. Paris: Didier Éruditions, et Centre International de Phonétique appliquée, 2001.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- SACKS, O. **Vendo vozes** – uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SKILIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKILIAR, C. **Educação e exclusão**. Porto Alegre: Medição, 1997.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org). **A Temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC / MARI / UNESCO, 1995.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. **Teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics**: an introduction. Great Britain: Penguin Books, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Faculdade de Letras. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Espanhol**. Maceió, 2007. 90p.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, Marília (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

## ANEXO A – PARECER CNE/CES Nº 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001

### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

PARECER CNE/CES 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001  
 Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de  
 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

### DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

#### Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

## Diretrizes Curriculares

### 1. Perfil dos Formandos



O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

## 2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a

importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

### 3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

### 4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

### 5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;

- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

Fonte: Brasil (2001), disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0492.pdf>>.

**ANEXO B – RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.<sup>9(\*)</sup>**

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- a estruturação do curso;
- as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ARTHUR ROQUETE DE MACEDO**  
Presidente da Câmara de Educação Superior

Fonte: Brasil (2002), disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>>.

---

<sup>9(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CES nº 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

**ANEXO C – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO****RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.<sup>10(\*)</sup>**

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1o, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Fonte: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CNE/CP022002.doc>

---

<sup>10(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA Libras COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o

curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

[...] Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fonte: Brasil (2005), disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>.

## ANEXO D – MINUTA DOS PROJETOS INTEGRADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS  
COMISSÃO DE PROJETOS INTEGRADORES  
GUIA DE REALIZAÇÃO DOS PROJETOS INTEGRADORES

DISCIPLINA: PROJETOS INTEGRADORES  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS POR SEMESTRE

EMENTA: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

PROPOSTA: Integrar as diferentes áreas de conhecimento dos cursos de Letras (e áreas afins, quando necessário).

REALIZAÇÃO: A proposta da disciplina será realizada através de elaboração de projetos que deverão integrar duas ou mais disciplinas do semestre ao qual o projeto se refere.

EXECUÇÃO:

1. Cada turma de Projetos Integradores tem um coordenador geral, que é responsável pelos aspectos formais (receber dos professores as inscrições de temas e de alunos inscritos para o seu projeto, repassar essas inscrições à Coordenação de Letras, supervisionar, convocar reuniões, organizar e divulgar atividades vinculadas aos PIs).
2. Todos os professores (inclusive substitutos) podem propor um tema para o desenvolvimento de um projeto no semestre em curso. O tema do projeto pode estar vinculado ao tema geral proposto pela comissão de PIs ou pode ser escolhido pelo professor que se propuser a orientar um determinado grupo de alunos.
3. Para que haja a integração desejada entre as disciplinas, é necessário que todos os professores disponham-se a colaborar com qualquer projeto quando a sua competência se fizer necessária para o desenvolvimento do projeto em questão.
4. O professor propõe o tema aos alunos e inscreve o seu grupo de trabalho. Essa inscrição será feita em duas vias, que são entregues ao coordenador de PIs. Uma das vias é encaminhada para ser arquivada na coordenação dos cursos de Letras.
5. O número de alunos por equipe para um projeto é de, no mínimo, 5 e, no máximo, 10 alunos.



6. A nota final do PIs resulta da avaliação de:

- a) um trabalho escrito individualmente;
- b) uma apresentação em forma de comunicação oral, entre 15 a 20 minutos, (acatam-se outras formas de apresentação, desde que sejam julgadas adequadas pela comissão) na semana de avaliação de projetos;
- c) frequência do aluno às apresentações dos trabalhos na semana. (Dado que as apresentações dos trabalhos visam a estimular o debate entre estudantes e professores, espera-se que a presença dos estudantes não se restrinja a sua própria apresentação.)

7. A avaliação é feita da seguinte forma:

- a) a nota do trabalho escrito é atribuída pelo professor orientador.
- b) a nota da apresentação dos trabalhos é atribuída pela comissão examinadora
- c) a nota da frequência do aluno é atribuída pela presença a todas as apresentações de PIs do seu respectivo turno.

O resultado final é a média ponderada das notas do professor orientador (peso:4); da média aritmética das notas dos professores da comissão examinadora (peso:4); e a frequência do aluno durante as apresentações dos trabalhos (peso 2):

$$NA = \frac{NPO \times 4 + NCE \times 4 + NFA \times 2}{10}$$

NPO – nota do professor orientador

NCE – nota da comissão examinadora

NFA – nota da frequência do aluno (100%)

8. A comissão examinadora é definida após a inscrição dos projetos.

9. Os casos omissos são analisados pela Comissão dos PIs.

## **ANEXO F – RESOLUÇÃO Nº 01/2017 - CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA, de 18 de maio de 2017 (Estágio Supervisionado)**

### **Resolução Nº01/2017 Curso de Letras-Libras**

DISCIPLINA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LETRAS-  
LIBRAS: LICENCIATURA DA UFAL.

#### **I. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

O Colegiado do Curso de Letras-Libras da UFAL, no uso de suas atribuições regimentais e da legislação em vigor, estabelece diretrizes para o Estágio Supervisionado (doravante, ES), Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008, Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, Resolução nº 36/2008-CONSUNI/UFAL, de 11 de junho de 2008, Instrução Normativa PROGRAD/Fórum das Licenciaturas Nº 01, de 27 de Setembro de 2013, Portaria PROGRAD 01/2011, Portaria PROGRAD 01/2016, Orientação Normativa Nº 4, de 4 de Julho de 2014.

#### **II. DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º - O ES “é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (CNE, Resolução Nº 02, de junho de 2015). A referida Resolução estabelece ainda que os cursos de formação docente em nível superior, na modalidade licenciatura, devem ter “400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição”.

#### **III. DA LEGISLAÇÃO**

Art. 2º - O ES é regido por uma vasta legislação federal que compreende: LDB 9.394/96, Resoluções CNE/CP nº 2/2002, CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 02/2015, Lei nº 11.778/08), que estabelece que o estágio, de até 400 horas, deve ser realizado em escola de educação básica, a partir da segunda metade do curso, além da legislação específica da UFAL: Resolução nº 71/2006 CONSUNI/UFAL, Resolução nº 36/2008 CONSUNI/UFAL, Instrução Normativa PROGRAD/Fórum das Licenciaturas nº 01/2013 e Portarias nº 01/2011 e 01/2016 da PROGRAD/UFAL.

#### **IV. DOS OBJETIVOS**

Art. 3º - O ES do Curso de Licenciatura em Letras-Libras da UFAL tem como propósito mais amplo a articulação de aspectos teóricos e práticos voltados para o Ensino de Libras, quer como L1, quer como L2, quer aqueles relativos à produção

ou à recepção literária. Neste sentido, o ES deve oportunizar aos estudantes experiências que lhes permitam:

§1º Compreender o contexto sociocultural do *locus* de trabalho, através de uma visão global da instituição de ensino, seja ela formal ou não formal;

§2º Vivenciar situações reais da vida profissional que lhes permitam a integração dos conhecimentos teórico-práticos, aliados à experiência pessoal pelo processo contínuo de ação-reflexão-ação;

§3º Agir e tomar decisões pautadas pela ética, de modo a respeitar as diferenças socioeconômicas, étnicas, culturais, de gênero, dentre outras;

§4º Exercer práticas de ensino de forma plural, por meio de ações coletivas que visem à melhoria do ensino da Libras e da Literatura Surda e a vida do cidadão que desta Língua/Literatura faz uso;

§5º Desenvolver o espírito investigativo, fazendo do espaço do ES também um espaço dedicado à pesquisa;

§6º Difundir a Libras e a Literatura Surda nos mais diversos espaços sociais.

## V. DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º - O ES no curso de Licenciatura em Letras-Libras da UFAL conta com carga horária de 400h, conforme previsto pela legislação vigente no Brasil, assim distribuída:

PERÍODO	DISCIPLINA	FOCO	CH
5º	Estágio Supervisionado 1	Libras como L2	100h
6º	Estágio Supervisionado 2	Libras como L2	100h
7º	Estágio Supervisionado 3	Libras como L1	100h
8º	Estágio Supervisionado 4	Libras como L1	100h
<b>Total</b>			<b>400h</b>

**Parágrafo único.** Considerando a realidade alagoana, em que não há escolas bilíngues, salas de aula bilíngues, tampouco a disciplina de Libras oficialmente instituída nos espaços escolares do Estado ou dos Municípios, serão aceitos estágios realizados em espaços não escolares (públicos, privados ou do terceiro setor), desde que devidamente supervisionado por pelo menos um docente do Letras-Libras: Licenciatura da UFAL.

Art. 5º - A administração dos ES será feita através das seguintes instâncias:

§1º Coordenação do curso de Letras-Libras;

§2º Coordenação de ES, docente da UFAL;

§3º Docente da UFAL ministrante do componente ES;

§4º Supervisor(a) de campo na instituição que sedia o estágio.

## **VI. DOS REQUISITOS PARA O ES**

Art. 6º - Para participar do ES, o discente deverá:

§1º Estar regularmente matriculado;

§2º Ter frequência efetiva no Curso ao qual está vinculado e estar cursando o 5º período do Curso;

§3º Ser acompanhado e avaliado pelo docente da Disciplina de ES e por um Supervisor de Estágio na Unidade Concedente;

§4º Celebrar Termo de Compromisso, conforme legislação vigente, incluindo seguro;

§5º Elaborar Plano de Trabalho com a instituição em que cumprirá seu período de estágio.

## **VII. DAS OBRIGAÇÕES**

*Art. 7º - Cabe à Coordenação do Curso*

**Parágrafo único.** Gerenciar todo o processo de ES, juntamente ao colegiado do Curso, inclusive avaliando o processo, além de fornecer informações pertinentes à dispensa de carga horária ao DRCA para os devidos assentamentos no registro acadêmico do aluno.

*Art. 8º - Cabe à Coordenação do ES*

§1º Apresentar este documento aos estudantes e às instituições-campo;

§2º Celebrar Termo de Compromisso com o discente com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, fazendo os ajustes necessários às demandas de horário;

§3º Discutir e solucionar toda e qualquer problemática relativa à execução do ES que surja durante o processo;

§4º Munir os estudantes dos documentos necessários à realização do Estágio nas instituições (termo de compromisso, ficha de frequência e carta de apresentação);

§5º Selecionar, juntamente com os discentes, as instituições onde se fará o Estágio.

§6º Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o discente-estagiário para outro local, ou comunicar o desligamento do discente da atividade de estágio em caso de descumprimento das normas aqui explicitadas.

*Art. 9º - Cabe ao Docente de ES*

§1º Acompanhar *in loco* os estudantes, quando possível, nas etapas do Estágio nas instituições-campo;

§2º Acompanhar os discentes que ficarão sob sua orientação/supervisão, responsabilizando-se por coordenar as atividades discentes realizadas durante o período de Estágio;

§3º Apresentar, aos estudantes e às instituições-campo, as orientações contidas neste documento;

§4º Avaliar todo o processo do ES, intervindo quando necessário e orientando para a execução de todas as etapas;

§5º Coordenar os encontros presenciais na UFAL com vistas à orientação, socialização, reflexão e discussão das situações vividas pelos estudantes em campo, articulando-as com os conhecimentos estudados nas demais disciplinas do curso de Letras-Libras;

§6º Elaborar ficha de frequência dos estagiários às instituições-campo do Estágio;

§7º Elaborar instrumento de avaliação do estagiário a ser preenchido pelos professores-supervisores do Estágio nas instituições-campo;

§8º Elaborar roteiro de observação a ser utilizado pelos estudantes na primeira etapa do Estágio nas instituições-campo;

§9º Munir os estudantes dos documentos necessários à realização do Estágio nas instituições (termo de compromisso, ficha de frequência e carta de apresentação);

§10º Oferecer, aos estudantes, aportes teóricos e instrumentos legais relacionados à importância do estágio para a formação do professor de Libras e às implicações éticas da inserção do estagiário nas instituições de ensino;

§11º Orientar e oferecer, aos estudantes, subsídios teórico-metodológicos necessários ao planejamento de cada fase do estágio (observação, participação e intervenção);

§12º Orientar o planejamento das aulas e de pesquisa-ação a serem desenvolvidos pelos estudantes nas instituições onde o Estágio for realizado;

§13º Orientar, individual e coletivamente, a elaboração dos Relatórios do Estágio;

§14º Selecionar, juntamente com os discentes, as instituições de ensino onde se fará o Estágio;

§15º Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o discente-estagiário para outro local, ou comunicar o desligamento do discente da atividade de estágio em caso de descumprimento de suas normas.

*Art. 10º - Cabe ao Supervisor de campo do ES*

§1º Acompanhar, orientar e avaliar o trabalho dos estudantes em todas as fases do Estágio;

§1º Apresentar o discente-estagiário aos discentes da instituição-campo;

§2º Assinar a ficha de frequência dos estagiários de atividades realizadas;

§3º Assistir as aulas do discente-estagiário;

§4º Auxiliar o aluno estagiário nas atividades de observação e de regência;

§5º Esclarecer dúvidas sobre a filosofia da instituição de ensino, as regras e procedimentos a serem seguidos;

§6º Estabelecer contato com o professor titular da disciplina de ES, caso o desempenho do discente-estagiário esteja insatisfatório;

§7º Informar ao discente-estagiário sobre o progresso de seu desempenho;

§8º Oferecer informações sobre o planejamento das atividades realizadas na turma no período previsto para o Estágio;

§9º Planejar aulas e demais atividades juntamente aos estagiários;

§10º Preencher instrumento de avaliação dos estagiários elaborados pelos professores-supervisores do ES;

§11º Promover a integração dos estagiários às ações cotidianas da turma e/ou da instituição-campo;

§12º Sugerir demandas para o plano de ação a ser desenvolvido pelo estagiário.

*Art. 11º - Cabe à unidade concedente do Estágio*

§1º Celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

§2º Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

§3º Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do discente-estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo;

§4º Contratar em favor do discente-estagiário seguro contra acidentes pessoais.

**Nota:** No caso de estágio obrigatório, a Lei do Estágio considera que a responsabilidade pela contratação do seguro pode, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino, neste caso, pela UFAL.

*Art. 12º - Cabe aos Discentes*

§1º Tomar conhecimento sobre as orientações contidas neste documento;

§2º Cumprir os requisitos para realização do ES e estar matriculado;

§3º Ter disponibilidade de tempo, tendo ciência de que necessariamente o ES não será realizado no horário de aulas do Curso;

§4º Assinar todos os documentos referentes ao ES, inclusive o Termo de Compromisso do Estágio;

§5º Apresentar a documentação exigida pela coordenação de ES, pelo professor de ES e pela Instituição concedente;

§6º Providenciar o custeio de quaisquer despesas de seu próprio deslocamento até as Unidades Concedentes do Estágio;

§7º Solicitar orientação individual e/ou coletiva aos professores da UFAL ministrantes do ES e ao professor supervisor do Estágio na instituição-campo;

§8º Manter informado o professor do ES e o professor supervisor do Estágio na instituição-campo, quanto a qualquer alteração na programação e nos horários;

§9º Cumprir frequência mínima de 75% para as atividades de ES, sendo a regência obrigatória para todos os estagiários.

## VIII. DA AVALIAÇÃO

Art.13º - Os alunos serão avaliados durante todo o processo do ES, tendo-se em conta o seu desempenho nas atividades individuais e coletivas, considerando-se, para além disso, aspectos atitudinais (assiduidade, pontualidade, participação) e éticos.

Art.14º - Ao término do Estágio, os discentes deverão apresentar, obrigatoriamente:  
a) Relatório Final de Estágio, em Libras ou em Língua Portuguesa; b) Relatório autoavaliativo em que o aluno, com base na sua experiência e atitudes, deve se avaliar, em Libras ou em Língua Portuguesa; c) Um parecer do professor supervisor da Instituição de ensino.

**Nota:** Em caso de reprovação no ES, o discente poderá matricular-se apenas no ES subsequente, devendo retornar ao ES pendente após a conclusão desse período subsequente.

## IX. DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO ES

Art.15º - Em conformidade com a Instrução Normativa PROGRAD/Fóruns das Licenciaturas da UFAL nº 01/2013, em seu Art. 5º, “Os alunos poderão solicitar redução da carga horária de estágio curricular supervisionado em até, no máximo, 200 (duzentas) horas”. Neste caso, a coordenação de Estágio avalia cada caso e informa à Coordenação do Curso ao professor de ES para os registros cabíveis.

**Parágrafo único.** Ao início de cada ES, o aluno, caso sinta-se no direito de pedir dispensa de parte da carga horária de ES, preenche formulário próprio para este fim, com as devidas justificativas e documentos comprobatórios e abre processo no Protocolo da UFAL endereçado à Coordenação do Letras-Libras, o qual será

avaliado no prazo máximo de 20 dias, a contar da data da chegada à Secretaria do Curso.

#### **X. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art.16º - Esta Regulamentação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, sendo os casos omissos interpretados e resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras-Libras da UFAL.

Maceió, 18 de maio de 2017.



**ANEXO G – RESOLUÇÃO Nº 02/2017 - CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA, de 27 de ABRIL de 2017 (TCC)**

**RESOLUÇÃO LETRAS-LIBRAS/UFAL Nº 02/2017**

Dispõe sobre a elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Letras-Libras, e adota outras providências.

O Colegiado do Curso de Letras-Libras, no uso de suas atribuições legais e regimentais, regulamenta os procedimentos de elaboração, apresentação e avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos de Letras-Libras, atendendo à Instrução Normativa Nº 02/PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 e Resolução Nº 02/2017 - CONSUNI/UFAL.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** A elaboração do TCC e o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa que o antecede obedecerão ao disposto nesta Resolução, respeitados os demais atos normativos previstos pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

**DA NATUREZA DO TCC**

**Art. 2º.** O TCC é um componente curricular obrigatório, com carga horária total de 80 horas, não se constituindo como disciplina, nem tendo carga horária fixa semanal.

**Art. 3º.** O TCC consistirá de um trabalho acadêmico inédito/original (não publicado ou avaliado por outras instituições) de aprofundamento teórico ou teórico-prático, elaborado pelo graduando, individualmente ou em dupla, a partir do 6º (sexto) período do Curso de Letras-Libras, sendo resultado de pesquisa relacionada às seguintes áreas de atuação: Linguística, Literatura Surda, Educação e suas interfaces, realizada sob a orientação de um/a docente do quadro permanente da UFAL.

**Parágrafo Único** - O aluno poderá, de comum acordo com seu orientador e mediante apresentação do projeto e aprovação do Colegiado do Curso de Letras-Libras, solicitar autorização para a colaboração de um coorientador não vinculado à UFAL, desde que este apresente titulação mínima de Especialista e atue na área do TCC.

**Art. 4º.** O TCC poderá ser elaborado nos formatos de monografia, artigo científico, memorial, relatório de observação, estudo de caso, ensaio e produção técnico-profissional, nas modalidades escrita ou sinalizada (em vídeo), cabendo ao orientador/aluno a escolha da modalidade.

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE TCC NO CURSO DE LETRAS-LIBRAS**

**Art. 5º.** Compete à Coordenação de TCC do Curso de Letras-Libras, entre outras atribuições:

I – elaborar e submeter à aprovação do Colegiado do Curso de Letras-Libras o cronograma de cadastro do Projeto de Pesquisa e da apresentação do TCC, apresentando-o devidamente aprovado aos discentes, com afixação em local público;

II – realizar o cadastramento dos dados do TCC, o gerenciamento das apresentações de TCC, a organização de documentação própria para as sessões de apresentação do TCC, bem como a inserção da nota do TCC no sistema de acompanhamento do/a aluno/a;

III – mediar o **contato inicial** entre orientador e orientando, fornecendo informações acerca do acompanhamento e/ou orientações;

IV – acompanhar e avaliar periodicamente as atividades docentes e discentes, conforme roteiro definido na Ficha de Planejamento do TCC;

V – emitir declarações de orientação e avaliação para os integrantes da banca examinadora;

VI – acompanhar a observância dos prazos estabelecidos no cronograma e aplicar medidas cabíveis no caso de descumprimento, através de advertência e orientações.

#### **DA ESCOLHA DO TEMA E ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PARA O TCC**

**Art. 6º.** O Projeto de Pesquisa para o TCC poderá ser elaborado por até 2 (dois) alunos.

**Art. 7º.** . A formatação do Projeto de Pesquisa deve atender às normas da ABNT, quando escrito, e às normas da RBVRL (Revista Brasileira de Video Registro em Libras), quando sinalizados, além dos seguintes critérios contedudísticos:

I – definição do tema;

II – escolha do problema;

III – hipótese;

IV – objetivos;

V – justificativa;

VI – procedimentos metodológicos;

VII – definição da base teórica e conceitual;

VIII – cronograma;

IX – referências.

Parágrafo Único: no caso de pesquisa envolvendo seres humanos direta ou indiretamente, o projeto deverá ser encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL e só ser iniciada a coleta de dados após sua aprovação.

**Art. 8º.** O docente da disciplina “Pesquisa Educacional” deverá colaborar na organização e na definição do tema do Projeto de Pesquisa dos alunos devidamente matriculados na referida disciplina, no período em que estiver sendo ofertada no Curso de Letras-Libras, avaliando o desempenho dos discentes com relação aos objetivos da disciplina.

**Art. 9.** Concluída a elaboração do Projeto de Pesquisa, cabe ao aluno apresentá-lo ao professor que pretende ter como orientador, o qual assinará o Termo de Compromisso e a Ficha de Planejamento do TCC, caso aceite a orientação.

**Art. 10.** A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo graduando.

§ 1º. O professor-orientador deverá, obrigatoriamente, estar enquadrado em algum dos seguintes critérios: i) ser professor do Curso de Letras-Libras; ii) ter colaborado com o Curso de Letras-Libras; e iii) lecionar a disciplina Libras na UFAL (quaisquer campi).

§ 2º. O aluno poderá, em comum acordo com seu orientador, solicitar autorização para a colaboração de um coorientador que não se enquadre nos critérios deste artigo ou que não seja vinculado à UFAL, desde que este apresente titulação mínima de Especialista, mediante apresentação do projeto e aprovação do Colegiado do Curso.

**Art. 11.** Após a aceitação pelo professor orientador, o(s) orientando(s) deverá(ão) cadastrar, junto à Coordenação do Curso de Letras-Libras, o Projeto de Pesquisa, o Termo de Compromisso e a Ficha de Planejamento do TCC.

§ 1º. No Termo referido no *caput*, o(s) orientando(s) consignará(ão), junto ao orientador, o compromisso de desenvolver o TCC de acordo com os termos desta Resolução, com as normas estabelecidas pelos órgãos da UFAL e com o direcionamento dado pelo orientador.

§ 2º. Na Ficha de Planejamento, o orientador e o(s) orientando(s) devem, de comum acordo, definir um cronograma de elaboração do TCC.

**Art. 12.** O aluno poderá, de comum acordo com o/a orientador, alterar o tema do Projeto de Pesquisa ou o próprio objeto de estudo.

§ 1º. Na hipótese de alteração do objeto de estudo, deverá o aluno cumprir novamente os procedimentos relacionados à elaboração de projeto, apresentação do Projeto de Pesquisa ao orientador, assinatura de Termo de Compromisso e cadastro atualizado junto a Coordenação do Curso.

§ 2º. As alterações previstas neste artigo, bem como o cumprimento dos procedimentos citados no parágrafo anterior, devem ser providenciadas com

antecedência tal que permita a conclusão, a apresentação do TCC e a entrega da versão final do trabalho dentro do prazo máximo de integralização do curso.

### **DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

**Art. 13.** A quantidade de páginas ou tempo do TCC será definida de acordo com a modalidade escolhida pelo orientando, respeitando as seguintes orientações:

- a) Monografia - de 30 a 40 páginas escritas ou de 90 a 120min em Libras;
- b) Artigo Científico - de 15 a 20 páginas escritas ou de 45 a 60min em Libras;
- c) Memorial - de 30 a 40 páginas escritas ou de 90 a 120min em Libras;
- d) Relatório de Observação - de 20 a 25 páginas ou de 60 a 75min em Libras;
- e) Estudo de Caso - de 15 a 20 páginas escritas ou de 45 a 60min em Libras;
- f) Ensaio - de 15 a 20 páginas escritas ou de 45 a 60min em Libras;
- g) Produção técnico-profissional - de 30 a 40 páginas escritas ou de 90 a 120min em Libras.

**Art. 14.** Qualquer tipo de violação de direitos autorais, em qualquer fase da elaboração do TCC, constituirá falta gravíssima, que ensejará a desqualificação sumária do trabalho e conseqüente, reprovação do(s) aluno(s), sem prejuízo de outras medidas legais.

**Art. 15.** A desqualificação do trabalho por violação de direitos autorais ou fraude poderá ocorrer a qualquer momento, por indicação do orientador do TCC ou dos avaliadores.

**Art. 16.** Após a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno deverá encaminhar ao orientador 03 (três) cópias, devendo o orientador encaminhar à Banca Examinadora as respectivas cópias, respeitando os prazos determinados nessa resolução.

### **DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC**

**Art. 17.** A apresentação do TCC deverá ocorrer, preferencialmente, até o término do semestre letivo, conforme cronograma a ser publicado pelo Colegiado do Curso.

**Art. 18.** A avaliação do TCC e a atribuição da nota final do trabalho competem exclusivamente à Banca Examinadora, que será composta pelo professor/orientador e por 03 (três) avaliadores.

§ 1º. O professor-orientador escolherá 3 (três) avaliadores para compor a Banca Examinadora. Pelo menos 1 (um) dos componentes da Banca deverá, obrigatoriamente, estar enquadrado em algum dos critérios do Art. 10, § 1º, podendo se substituir apenas 1 (um) membro da Banca por docente não vinculado à UFAL, devendo submeter os nomes dos avaliadores a referendo do Colegiado Restrito do Curso de Letras-Libras.

§ 2º. Os avaliadores deverão apresentar titulação mínima de Especialista.

**Art. 19.** O tempo reservado para a apresentação do TCC será de 20 minutos.

**Art. 20.** A Banca Examinadora deverá adotar, na avaliação do TCC, os critérios avaliativos relacionados na tabela a seguir:

ASPECTOS	CRITÉRIOS AVALIATIVOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. ESCOLHA DO TEMA	Adequação à realidade educacional do Estado e do País	1,0
	Importância em termos da ampliação do conhecimento e formação do/a educador/a	1,0
2. TRATAMENTO DO TEMA	Fundamentação teórica consistente bem definida e corretamente desenvolvida	1,5
	Articulação entre a teoria estudada e a realidade	1,5
	Adequação dos procedimentos metodológicos à temática	1,5
	Texto claro demonstrando o desenvolvimento de um pensamento lógico, conciso e bem articulado	1,5
3. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	Pertinência	0,5
	Atualização	0,5
4. FORMA DE APRESENTAÇÃO	Atendimento aos padrões e às normas técnicas definidas	1,0

**Art. 21.** A tabela de critérios avaliativos será disponibilizada a cada integrante da Banca Examinadora por meio de formulário de avaliação individual, no qual cada examinador deve registrar as pontuações relativas a cada critério e atribuir a nota individual, que consiste no somatório das referidas pontuações.

**Art. 22.** A nota final do TCC será a média aritmética entre as notas individuais atribuídas por cada integrante da Banca Examinadora, sendo considerado aprovado o TCC que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete).

**Art. 23** A avaliação da Banca Examinadora é soberana, não sendo passível de recurso para revisão de nota em caso de reprovação.

**Art. 24.** Após a conclusão da apresentação do TCC, os formulários de avaliação individual e a ata de apresentação deverão ser depositados na Coordenação do Curso, devidamente preenchidos.

**Art. 25.** O aluno deverá entregar ao orientador Termo de Compromisso de Entrega de TCC, devidamente assinado, referente à entrega da versão final do TCC junto à Coordenação do Curso, no prazo definido nesta Regulamentação.

**Art. 26.** A nota final do TCC somente será lançada no sistema acadêmico após a efetiva entrega da versão final do TCC pelo aluno na Coordenação do Curso, que encaminhará a versão final do trabalho ao acervo da Biblioteca Central da UFAL.

**Parágrafo Único.** O lançamento da nota final do TCC antes da entrega da versão final só será permitido em casos excepcionais, mediante solicitação escrita e comprovação documental da excepcionalidade, direcionadas à Coordenação do Curso, que avaliará a solicitação e emitirá parecer conclusivo.

## **DOS PRAZOS**

**Art. 27.** O calendário de avaliações de TCC será definido pela Coordenação do Curso, estabelecendo a data de início das apresentações de TCC preferencialmente no penúltimo mês do semestre letivo.

**Art. 28.** A entrega das cópias do TCC obedecerá aos seguintes prazos:

I – até 30 (trinta) dias corridos antes da data de início das apresentações de TCC, para que o aluno encaminhe as 03 cópias ao orientador;

II – até 20 (vinte) dias corridos antes da data de início das apresentações de TCC, para que o orientador encaminhe as cópias aos avaliadores;

**Art. 29.** A entrega da versão final do TCC obedecerá aos seguintes prazos, contados a partir da data de apresentação:

I – até 30 (trinta) dias corridos, em caso de TCC aprovado com ressalvas, assim entendido o trabalho que, conquanto esteja aprovado, necessite das alterações de conteúdo determinadas pela Banca Examinadora, as quais devem ser providenciadas pelo aluno/a nesse prazo;

II – até 15 (quinze) dias, em caso de TCC aprovado sem ressalvas, assim entendido o trabalho aprovado sem necessidade de qualquer alteração em seu conteúdo.

**Art. 30.** Caso o aluno não consiga cumprir com os prazos determinados nesta resolução até o final do semestre letivo, deverá realizar matrícula vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC.

**Parágrafo Único.** Na hipótese de realização de matrícula vínculo, a versão final do TCC deve ser entregue com antecedência tal que permita o efetivo registro da nota final dentro do prazo máximo de integralização do curso.

## **DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR**

**Art. 31.** Compete ao professor orientador, entre outras atribuições:

I – acompanhar a elaboração do TCC desde o momento em que aceitar a orientação;

II – avaliar o Projeto de Pesquisa, observando a consistência, o ineditismo, a relevância e os demais elementos necessários à continuidade da orientação e à consequente conclusão do TCC;

III – agendar reuniões periódicas com seus orientandos, a fim de avaliar o andamento da elaboração do TCC, cabendo-lhe ainda:

a) registrar, ao final de cada reunião, os conteúdos discutidos, com assinatura do(s) orientando(s);

b) consignar a ausência injustificada do orientando à reunião, registrando a atividade do dia como hora orientada

- c) abster-se de dar continuidade à orientação na ausência de um dos orientandos do TCC elaborado em dupla, exceto com justificativa da ausência;
- d) apreciar a solicitação de outros discentes de Letras-Libras interessados em acompanhar as reuniões com o objetivo de adquirir experiência acerca do desenvolvimento de TCC;
- IV – prezar pelo cumprimento das atividades programadas, conforme cronograma especificado na Ficha de Planejamento;
- V – direcionar a orientação no sentido de atender aos critérios avaliativos a serem adotados pela Banca Examinadora;
- VI – informar à Coordenação do Curso os trabalhos que serão apresentados às Bancas Examinadoras nas apresentações públicas do TCC;
- VII – cumprir os prazos e as disposições desta Resolução.

**Parágrafo Único.** As competências definidas neste artigo também se aplicam ao coorientador.

## **DOS DEVERES E ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO**

**Art. 32.** São deveres do orientando, dentre outros:

- I – subsidiar a escolha do tema do Projeto de Pesquisa nas áreas de Letras-Libras;
- II – ter conhecimento das regras desta Regulamentação antes de iniciar a elaboração do Projeto de Pesquisa e do TCC;
- III – encaminhar à Coordenação do Curso o Termo de Compromisso e a Ficha de Planejamento assinados pelo orientador;
- VI – escolher, em comum acordo com o orientador, a temática que será abordada no Projeto de Pesquisa e no Trabalho de Conclusão do Curso;
- V – desenvolver as tarefas solicitadas pelo orientador, de acordo com o cronograma estabelecido na Ficha de Planejamento;
- VI – entregar o TCC no prazo estabelecido.
- VII – cumprir os prazos e as disposições desta Resolução.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 33.** A presente Regulamentação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras-Libras, com posterior publicação, quando então passará a integrar o Projeto Pedagógico do Curso em vigor.

**Art. 34.** Os casos omissos nesta Regulamentação de TCC serão deliberados em sessão extraordinária pelo Colegiado Restrito do Curso de Letras-Libras, mediante requerimento escrito dos interessados.

Maceió, 27 de abril de 2017.

## **ANEXO H – RESOLUÇÃO Nº 02/2018 - CURSO DE LETRAS-LIBRAS: LICENCIATURA, de 16 de agosto de 2018 (Acompanhamento de Egressos)**

### **RESOLUÇÃO LETRAS-LIBRAS/UFAL Nº 02/2018**

Dispõe sobre o acompanhamento de egressos do Curso de Letras-Libras: Licenciatura.

O Colegiado do Curso de Letras-Libras, no uso de suas atribuições legais e regimentais, regulamenta os procedimentos de acompanhamento dos alunos egressos do Curso, com vistas ao estabelecimento de políticas acadêmico-científicas e de planejamento para a formação dos discentes, em conformidade com a Lei 10.861, de 14 de abril de 2014, aparato legal que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Os discentes egressos do Letras-Libras: Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, em consonância com o disposto no PPC do Curso, serão acompanhados por um período de cinco (05) anos, considerando-se os seguintes fatores: inserção no mercado de trabalho das redes pública, privada ou no terceiro setor, ingresso em programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, contribuição do Curso para empregabilidade na área de formação, contribuição social do Curso e visão dos empregadores e orientadores (para o caso de alunos inseridos em cursos de pós-graduação) sobre os egressos.

#### **DA METODOLOGIA UTILIZADA**

**Art. 2º.** Os alunos, durante o oitavo semestre do Curso, serão orientados a registrarem anualmente, por um período de cinco (05) anos, em formulário específico constante na página eletrônica do Curso, as informações referentes à sua inserção no mercado de trabalho e na área de formação acadêmica.

**Art. 3º.** Os empregadores e/ou orientadores (quando o egresso estiver inserido em curso de pós-graduação) serão orientados a responder formulário específico, por meio do qual poderão expressar seu ponto de vista acerca da formação dos egressos.

**Art. 4º.** O formulário para acompanhamento de egressos ficará disponível para preenchimento de primeiro de janeiro a primeiro de dezembro de cada ano na *Aba Egressos* constante na página eletrônica do Curso, o qual constará das seguintes informações: nome completo do egresso, CPF, ano de conclusão, local de trabalho, função (professor, intérprete educacional, intérprete, técnico especializado etc.), natureza do trabalho (público, privado ou terceiro setor) e ingresso em pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

**Parágrafo Único** - O aluno será orientado a preencher voluntariamente o formulário. Para isso será contatado anualmente pela Coordenação do Curso por e-mail e por telefone. De igual forma, os empregadores e orientadores (para o caso de alunos inseridos em pós-graduação) serão orientados a responder o formulário.



## **DA AVALIAÇÃO DOS DADOS COLETADOS**

**Art. 5º.** Ao final do prazo anual para preenchimento do formulário, os dados serão tabulados e discutidos pelo NDE para o provimento de ações a curto, médio e longo prazos por meio do planejamento estratégico do Curso.

**Art. 6º.** Fica a/o TAE (Técnico em Assuntos Educacionais) do Curso responsável pelo acompanhamento, coleta, tabulação e armazenamento dos dados do acompanhamento para fins de ações de planejamento do Curso.

**Art. 7º.** Os dados serão analisados ao final de cada ano civil pelo NDE do Curso, além da participação do/a TAE e de representação discente com o objetivo de traçar metas para melhor formar os alunos.

**Art. 8º.** Os resultados das avaliações, bem como as ações delas provenientes, serão divulgados no site do Curso, preservando-se, sempre que for o caso, a identidade do egresso.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 9º.** A presente Regulamentação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras-Libras, com posterior publicação, quando então passará a integrar o Projeto Pedagógico do Curso.

**Art. 10º.** Os casos omissos nesta Regulamentação de Acompanhamento de Egressos serão deliberados em sessão extraordinária pelo Colegiado do Curso de Letras-Libras.

Maceió, 16 de agosto de 2018.